

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO SÓCIO ECONÔMICO  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

**LILIAN REGINA WILPERT**

**SISTEMA PÚBLICO DE ESCRITURAÇÃO DIGITAL: PERCEPÇÃO DOS  
CONTABILISTAS DAS COOPERATIVAS DE CRÉDITO DE SANTA CATARINA**

**FLORIANÓPOLIS**

**2012**

**Lilian Regina Wilpert**

**SISTEMA PÚBLICO DE ESCRITURAÇÃO DIGITAL: PERCEPÇÃO DOS  
CONTABILISTAS DAS COOPERATIVAS DE CRÉDITO DE SANTA CATARINA**

Monografia apresentada ao Curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito à obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientador: Professor Dr. Luiz Felipe Ferreira

**FLORIANÓPOLIS**

**2012**

Lilian Regina Wilpert

## **SISTEMA PÚBLICO DE ESCRITURAÇÃO DIGITAL: PERCEPÇÃO DOS CONTABILISTAS DAS COOPERATIVAS DE CRÉDITO DE SANTA CATARINA**

Esta monografia foi apresentada como trabalho de conclusão do curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Santa Catarina, obtendo a nota final\_\_\_\_\_ atribuída pela banca examinadora constituída pelo professor orientador e membros abaixo mencionados.

Florianópolis, SC, 19 de Dezembro de 2012.

---

Professor Roque Brinckmann, Dr.

Coordenador de Monografias do Departamento de Ciências Contábeis

Professores que compuseram a banca examinadora:

---

Professor Luiz Felipe Ferreira, Dr.

Orientador

---

Professor Erves Ducati, Me.

Membro

---

Professor Vladimir Arthur Fey, Me.

Membro

## **AGRADECIMENTOS**

A Deus.

Aos meus pais, Nildo e Ivanir, pelo apoio incondicional, por todos os ensinamentos, e por terem mudado suas vidas para propiciarem-me uma vida melhor, e aos meus irmãos, Lara e Júnior, que tanto me auxiliam, que são meus melhores amigos.

Família, vocês são meu porto seguro. Amo muito vocês!

A Douglas, meu namorado, sempre disposto a me incentivar e me ajudar neste momento importante da minha vida.

Ao Professor Luiz Felipe, pelo conhecimento transmitido, fundamental para a realização deste trabalho e pela paciência e atenção dispensadas.

Aos professores da Universidade Federal de Santa Catarina.

Aos amigos que encontrei na universidade e que compartilharam comigo os momentos alegres e os momentos difíceis desta caminhada, especialmente a Juliana, Laís, Mariana, Bruna, Michel, Sabrina.

Aos profissionais contábeis das cooperativas de crédito de Santa Catarina, que colaboraram para a consecução deste trabalho.

## RESUMO

WILPERT, Lilian Regina. **Sistema Público de Escrituração Digital**: percepção dos contabilistas das cooperativas de crédito de Santa Catarina. 2012. 61 f. Monografia (Ciências Contábeis) – Departamento de Ciências Contábeis, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.

Este trabalho objetiva identificar a percepção dos contabilistas das cooperativas de crédito de Santa Catarina sobre o Sistema Público de Escrituração Digital (SPED). No que tange aos procedimentos metodológicos, este estudo caracteriza-se como uma pesquisa descritiva e levantamento ou *survey*, quanto aos objetivos e quanto aos procedimentos, respectivamente. No que refere à abordagem do problema, trata-se de uma pesquisa de natureza quantitativa. Delimitou-se como universo da pesquisa os profissionais contabilistas que atuam nas 120 cooperativas de crédito do estado catarinense, listadas em junho de 2012 na página eletrônica do Banco Central do Brasil. A partir da aplicação de questionário encaminhado aos contabilistas, foi coletada e analisada a opinião de 21 contabilistas. A análise dos dados demonstrou que os profissionais contábeis acreditam que o SPED estabelece um novo tipo de relacionamento entre o fisco e os contribuintes, bem como creem que seria possível obter os benefícios propostos pela Receita Federal do Brasil com a adoção da Escrituração Contábil Digital. Verificou-se que parte dos contabilistas possui dificuldades na interpretação das normativas referentes aos prazos de entrega dos subprojetos do SPED no que tange às cooperativas de crédito. Os contabilistas não perceberam mudanças significativas com a implantação do Controle Fiscal Contábil de Transição, tampouco acreditam que a experiência obtida com a implantação deste projeto será um facilitador para a implantação da Escrituração Fiscal Digital da Contribuição para o PIS/Pasep, da COFINS e da Contribuição Previdenciária sobre a Receita (EFD Contribuições) e do Livro Eletrônico de Escrituração e Apuração do Imposto sobre a Renda e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido da Pessoa Jurídica Tributada pelo Lucro Real (e-Lalur). Por meio da análise dos dados, verifica-se que menos da metade das cooperativas de crédito do estado estão planejando-se para a implantação da EFD Contribuições e do e-Lalur, no entanto, a maioria dos profissionais contábeis que atuam nestas entidades declara que há a necessidade de participar de cursos ou treinamentos para obter informações sobre o tema. Os profissionais acreditam que, após a implantação da EFD Contribuições e do e-Lalur, haverá simplificação das obrigações acessórias referentes ao Programa de Integração Social e à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social e também eliminação da redundância de informações enviadas ao fisco por meio do Lalur e da DIPJ. Dessa forma, de maneira geral, verifica-se que os profissionais possuem uma percepção positiva em relação ao SPED.

Palavras-chave: Cooperativas de Crédito. Contabilistas. Sistema Público Escrituração Digital.

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Gênero dos Contabilistas.....	34
Gráfico 2 – Faixa etária .....	35
Gráfico 3 – Formação dos Contabilistas .....	35
Gráfico 4 – Período de atuação em cooperativa de crédito .....	37
Gráfico 5 – A instituição do SPED estabelece um novo tipo de relacionamento entre o fisco e os contribuintes, tendo reflexos positivos para toda sociedade .....	38
Gráfico 6 – A adoção voluntária da ECD traria benefícios para a entidade .....	39
Gráfico 7 – Maior beneficiado com a implantação do SPED.....	40
Gráfico 8 – Houve necessidade de participação em cursos e treinamentos para implantar o FCONT .....	42
Gráfico 9 – Mudanças ou adaptações nas rotinas da cooperativa para adequar-se ao FCONT .....	43
Gráfico 10 – Departamentos onde ocorreram maiores mudanças com a implantação do .....	44
Gráfico 11 – Existe planejamento traçado na cooperativa para adaptar-se a EFD...45	
Gráfico 12 – Necessidade de participação em cursos e treinamentos para obter.....46	
Gráfico 13 – A experiência com o FCONT facilitará a implantação da EFD .....	47
Gráfico 14 – Expectativa dos profissionais contábeis de que após a implantação da EFD Contribuições haverá simplificação das obrigações acessórias referente às contribuições do PIS e da COFINS .....	48
Gráfico 15 – Expectativa dos contabilistas de que a implantação do e-Lalur irá eliminar a redundância de informações existentes na escrituração contábil no Lalur e na DIPJ .....	49

## **LISTA DE TABELAS**

Tabela 1 – Formação x Tempo decorrido após a formação.....	36
--	----

## LISTA DE ABREVIATURAS

CECRED	Cooperativa Central de Crédito Urbano
CFC	Conselho Federal de Contabilidade
COFINS	Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social
CSLL	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido
CRESOL	Cooperativa de Crédito Rural Com Interação Solidária
ECD	Escrituração Contábil Digital
EFD	Escrituração Fiscal Digital
EFD CONTRIBUIÇÕES	Escrituração Fiscal Digital da Contribuição para o PIS/Pasep, da COFINS e da Contribuição Previdenciária sobre a Receita
e-LALUR	Livro Eletrônico de Escrituração e Apuração do Imposto sobre a Renda e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido da Pessoa Jurídica Tributada pelo Lucro Real
FCONT	Controle Fiscal Contábil de Transição
ICMS	Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços
IPi	Imposto sobre Produtos Industrializados
IRPJ	Imposto de Renda da Pessoa Jurídica
OCB	Organização das Cooperativas Brasileiras
OCESC	Sindicato e Organização das Cooperativas do Estado de Santa Catarina
ONU	Organização das Nações Unidas
PIS	Programa de Integração Social
RFB	Receita Federal do Brasil
SFN	Sistema Financeiro Nacional
SICOOB	Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil
SICREDI	Sistema de Crédito Cooperativo
SPED	Sistema Público de Escrituração Digital
SRRF	Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil da 5ª Região Fiscal
UNICREDI	Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Médicos e demais Profissionais da Saúde



## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>9</b>
1.1 Tema e Problema .....	9
1.2 OBJETIVOS.....	11
1.2.1 Objetivo Geral .....	11
1.2.2 Objetivos Específicos .....	11
1.3 Justificativa .....	11
1.4 Metodologia .....	12
1.5 Limitações da Pesquisa .....	14
1.6 Organização da Pesquisa .....	14
<b>2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....</b>	<b>16</b>
2.1 Cooperativas de Crédito .....	16
2.1.1 Características Contábeis e Tributárias das Cooperativas de Crédito .....	19
2.2 Sistema Público de Escrituração Digital .....	23
2.2.1 Escrituração Contábil Digital .....	25
2.2.2 Escrituração Fiscal Digital .....	26
2.2.3 EFD Contribuições .....	28
2.2.4 Controle Fiscal Contábil de Transição.....	29
2.2.5 e-Lalur .....	30
<b>3 DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS.....</b>	<b>32</b>
3.1 Caracterização das cooperativas de crédito catarinenses .....	32
3.2 Análise dos Dados .....	33
3.2.1 Grupo I – Perfil dos Contabilistas .....	33
3.2.2 Grupo II – Sobre o SPED .....	37
3.2.3 Grupo III – Sobre o FCONT.....	42
3.2.4 Grupo IV – Sobre a EFD Contribuições e o e-Lalur .....	44
<b>4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>50</b>
4.2 CONCLUSÕES.....	50
4.3 SUGESTÕES PARA TRABALHOS FUTUROS .....	52
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>53</b>
<b>APÊNDICE A – Questionário aplicado aos contabilistas.....</b>	<b>57</b>

## **1 INTRODUÇÃO**

Considerando o atual cenário de evolução da tecnologia da informação no meio empresarial e o interesse na obtenção de informações sobre as atividades das empresas, a administração tributária brasileira instituiu o Sistema Público de Escrituração Digital (SPED), alterando a forma como os demonstrativos contábeis e fiscais das entidades são disponibilizados à Receita Federal do Brasil (RFB).

O SPED, considerado pela RFB como um avanço na relação entre o fisco e os contribuintes, abrange o âmbito federal, estadual e municipal e é constituído por diversos subprojetos: Escrituração Contábil Digital (ECD); Escrituração Fiscal Digital (EFD); Controle Fiscal Contábil de Transição (FCONT); Escrituração Fiscal Digital da Contribuição para o PIS/Pasep, da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e da Contribuição Previdenciária sobre a Receita (EFD Contribuições); e Livro Eletrônico de Escrituração e Apuração do Imposto sobre a Renda e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido da Pessoa Jurídica Tributada pelo Lucro Real (e-Lalur).

Por meio de seus subprojetos, o SPED abrange diversas entidades, incluídas entre estas as cooperativas de crédito. As cooperativas são sociedades de pessoas que se unem para a consecução de um objetivo comum. Essas sociedades são disciplinadas pela Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, que definiu a Política Nacional de Cooperativismo. De acordo com a legislação, as cooperativas podem adotar por objeto qualquer gênero de serviço, operação ou atividade. Assim, é possível instituições que oferecem serviços do Sistema Financeiro Nacional (SFN) serem constituídas na forma de cooperativas de crédito.

Analisando as regras aplicadas ao SPED e tendo em vista a sua obrigatoriedade para as cooperativas de crédito, esta pesquisa pretende identificar a percepção dos profissionais contábeis que atuam nestas entidades sobre este projeto da administração tributária brasileira.

### **1.1 Tema e Problema**

No exercício de suas atividades, os profissionais contábeis estão sujeitos ao cumprimento de obrigações determinadas pela legislação tributária. O SPED, desde sua instituição pelo Decreto nº 6.022, de 22 de janeiro de 2007, altera a maneira de

as empresas cumprirem suas obrigações acessórias e, por conseguinte, a atuação dos contadores nessas atividades.

A Receita Federal do Brasil (2012), de acordo com informações disponíveis em sua página eletrônica, prevê que a instituição do SPED propiciará benefícios às entidades, dentre os quais:

- Redução de custos com a racionalização e simplificação das obrigações acessórias;
- Redução do envolvimento involuntário em práticas fraudulentas;
- Redução do tempo despendido com a presença de auditores fiscais nas instalações do contribuinte;
- Redução de custos administrativos; e
- Melhoria da qualidade da informação.

Observa-se que a implantação do SPED demanda que o sistema de informação contábil das entidades seja aprimorado e alinhado às exigências da legislação, assim como controles internos existentes melhorados e novos instituídos. Dessa forma, os profissionais contábeis estão diretamente envolvidos na implantação deste projeto que, portanto, influencia suas atividades desenvolvidas nas entidades onde atuam. De acordo com Britz, Santana e Lunkes (2010), a implantação do SPED exigirá atualizações e adequações por parte dos contabilistas e das empresas sujeitas ao projeto, pois é necessário conhecer as regras e os procedimentos que devem ser seguidos a partir da obrigatoriedade aos subprojetos do SPED, e adequar-se aos novos padrões estabelecidos.

Os profissionais contábeis, inclusive os que atuam em cooperativas de crédito, precisam se adequar a essa nova realidade, pois, dos diversos subprojetos que compõe o SPED, as cooperativas de crédito possuem a obrigatoriedade de elaboração e transmissão do FCONT, da EFD Contribuições e do e-Lalur.

Diante do exposto, a questão que se busca responder com este estudo é: Qual a percepção dos contabilistas das cooperativas de crédito de Santa Catarina sobre o SPED?

## **1.2 OBJETIVOS**

### **1.2.1 Objetivo Geral**

Identificar a percepção dos contabilistas das cooperativas de crédito de Santa Catarina sobre o SPED.

### **1.2.2 Objetivos Específicos**

- Identificar o perfil dos contabilistas que atuam nas cooperativas de crédito de Santa Catarina;
- Identificar os subprojetos do SPED obrigatórios às cooperativas de crédito na percepção de seus contabilistas;
- Identificar qual a percepção dos contabilistas com relação à implantação do FCONT; e
- Identificar qual a expectativa dos contabilistas com relação à implantação da EFD Contribuições e do e-Lalur.

## **1.3 Justificativa**

O cooperativismo vem ganhando notoriedade nos últimos anos. A Organização das Nações Unidas (ONU) declarou 2012 o Ano Internacional das Cooperativas, com o objetivo de aumentar a consciência da sociedade sobre as cooperativas e demonstrar a contribuição desse tipo de entidade para o desenvolvimento social e econômico dos países (OCB, 2012).

Nesse contexto, as cooperativas de crédito são um importante instrumento de desenvolvimento do país. Segundo Pinheiro (2008), o cooperativismo de crédito possui potencial de crescimento no Brasil, pois o segmento pode ser considerado extremamente modesto se comparado ao de países mais desenvolvidos.

Observa-se que, por pertencerem ao conjunto de instituições financeiras do Brasil, as cooperativas de crédito atuam em um meio normalizado e fiscalizado, pelos órgãos normalizadores e fiscalizadores. Não obstante, devem cumprir também as obrigações impostas pela legislação fiscal a que as cooperativas de crédito estão sujeitas.

Perante as alterações promovidas pela legislação tributária com a instituição do SPED e diante da crescente importância do desenvolvimento das atividades contábeis e fiscais nas entidades, torna-se relevante identificar a percepção dos contabilistas de cooperativas de crédito quanto a sua atuação para cumprirem às obrigações instituídas pela administração tributária.

Ademais, os resultados da presente pesquisa podem ser utilizados pelos gestores das cooperativas de crédito como norteadores de estratégias e soluções para adequação das atividades destas entidades para a implantação do SPED, assim como podem instigar estudos a respeito do SPED no contexto das cooperativas de crédito.

#### **1.4 Metodologia**

Na busca pelo conhecimento, pesquisas são desenvolvidas para que dúvidas existentes possam ser esclarecidas. Segundo Zanella (2009), a sociedade vive atualmente a era da informação e do conhecimento, sendo que, para chegar nesta condição, o homem, movido pela curiosidade, buscou conhecer o mundo em que vivia, acumulando assim competência científica e tecnológica.

Para alcançar os objetivos propostos, inicialmente foram utilizados procedimentos técnicos de pesquisa bibliográfica que “explica e discute um tema ou problema com base em referências teóricas já publicadas em livros, revistas, periódicos, artigos científicos etc.” (SILVA, 2010, p. 54). Segundo o autor, o repertório bibliográfico “constitui um ramo auxiliar da ciência, pois permite encontrar as fontes, os livros e os materiais científicos pertinentes para a concretização do trabalho científico”.

Delimitou-se esta pesquisa aos contabilistas das cooperativas de crédito de Santa Catarina. Por meio da página eletrônica do Banco Central do Brasil, obteve-se a relação de instituições em funcionamento no país. Foi selecionado como tipo de instituição as cooperativas de crédito, identificando-se as existentes no Estado. Dessa maneira, observou-se que, na data base de 30 de junho de 2012, existiam em Santa Catarina 120 cooperativas de crédito, dentre as quais quatro são Cooperativas Centrais e 116 Cooperativas Singulares.

Com base na população de cooperativas existentes, procedeu-se à pesquisa nas páginas eletrônicas das cooperativas centrais e verificou-se que estas oferecem

serviços de centralização contábil às suas cooperativas singulares filiadas. Posteriormente, foi efetuado contato telefônico com as Gerências Administrativas das Cooperativas Centrais, com o intuito de obter o endereço do correio eletrônico dos contabilistas que atuam nas cooperativas de crédito de Santa Catarina, obtendo o endereço do correio eletrônico de 48 profissionais.

Com a finalidade de responder a questão de pesquisa, elaborou-se um questionário composto por 17 questões fechadas (Apêndice A). Segundo Silva (2010, p. 60), o questionário “é um conjunto ordenado e consistente de perguntas a respeito de variáveis e situações que se deseja medir ou descrever”. Para Beuren *et al.* (2009), “as questões fechadas apresentam aos respondentes um conjunto de alternativas de resposta que melhor evidencia a situação ou ponto de vista do respondente.” As questões foram divididas em quatro grupos: Perfil do Contabilista, Sobre o SPED, Sobre a implantação FCONT e Sobre a EFD Contribuições e o e-Lalur. Na elaboração de nove questões, utilizou-se a escala Likert como opções de resposta. Cada opção dessa escala é relacionada com escore, e essas opções pretendem registrar o nível de concordância dos respondentes com as afirmações propostas (RICHARDSON *et al.*, 1999). Neste questionário atribuiu-se o escore de 4 a 1, com as opções: concordo totalmente, concordo parcialmente, discordo parcialmente e discordo totalmente.

O questionário foi encaminhado ao *e-mail* dos 48 contabilistas de cooperativas de crédito de Santa Catarina. Dessa forma, quanto aos procedimentos, a pesquisa caracteriza-se como pesquisa levantamento, pois se efetuou a coleta de dados referente a uma dada população, da qual se objetiva conhecer o comportamento (SILVA, 2010, p. 56).

Uma das características da pesquisa de levantamento ou *survey*, de acordo com Beuren *et al.* (2009), é que, devido à impossibilidade de analisar toda a população, os dados referentes a este tipo de pesquisa são coletados tendo por base a amostra da população que se deseja conhecer. Nesta pesquisa, optou-se pela amostragem não probabilística por acessibilidade. Segundo Beuren *et al.* (2009), a amostragem não probabilística por acessibilidade pode ser utilizada quando por questões de acessibilidade ou conveniência for possível coletar dados apenas de uma amostra da população. Desse modo, consideraram-se como amostra os respondentes do questionário.

Quanto à abordagem do problema, a pesquisa caracterizou-se como quantitativa. Este tipo de pesquisa, na concepção de Zanella (2009), caracteriza-se pelo emprego de instrumentos estatísticos, tanto na coleta como no tratamento dos dados e tem como finalidade medir relações entre as variáveis. Utilizou-se na análise dos dados técnicas estatísticas para cálculo do percentual e média das respostas obtidas, e assim dar suporte às inferências do pesquisador (BEUREN *et al.*, 2009).

Os resultados da pesquisa serão comparados aos resultados das pesquisas desenvolvidas pelos autores Britz, Santana e Lunkes (2010) e por Ruschel, Frezza e Utzig (2011) intituladas, respectivamente, Sistema Público de Escrituração Digital: Percepção dos Gestores das Cooperativas Agropecuárias Catarinenses sobre os prováveis benefícios produzidos com sua implantação e O impacto do SPED na contabilidade desafios e perspectivas do profissional contábil.

Sendo assim, esta pesquisa caracteriza-se como descritiva quanto aos objetivos, levantamento ou *survey* quanto aos procedimentos, e quantitativa quanto à abordagem do problema.

## **1.5 Limitações da Pesquisa**

Com relação às limitações na elaboração desta pesquisa, destaca-se o fato de os questionários serem encaminhados aos contabilistas por meio de seus endereços de correio eletrônico e, portanto, a coleta de dados sujeitou-se à disponibilidade e ao interesse dos profissionais em responder o questionário.

Outra limitação a ser observada refere-se às normas legais pertinentes ao SPED, uma vez que eventuais alterações na legislação ocorridas após outubro de 2012 não são abordadas na presente pesquisa.

## **1.6 Organização da Pesquisa**

A presente pesquisa é composta por quatro capítulos: no primeiro capítulo, são expostos o tema e o problema, o objetivo geral e os objetivos específicos, a justificativa, a metodologia aplicada, as limitações da pesquisa e a organização do trabalho; no segundo capítulo, é apresentada a fundamentação teórica sobre o cooperativismo e as cooperativas de crédito, bem como informações sobre os

subprojetos do SPED; no terceiro capítulo, passa-se à análise dos resultados obtidos com a aplicação do questionário utilizado na pesquisa; no quarto capítulo, são apresentadas as conclusões da pesquisa e recomendações para estudos futuros.



## 2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Neste capítulo são apresentados os principais conceitos sobre cooperativismo e cooperativas de crédito, suas características contábeis e tributárias bem como informações sobre o SPED e sua funcionalidade.

### 2.1 Cooperativas de Crédito

As cooperativas são sociedades de pessoas, com forma e natureza jurídica próprias, definidas pela Lei nº 5.764/1971, que define a Política Nacional de Cooperativismo e institui o regime jurídico das sociedades cooperativas (BRASIL, 1971). Conforme observa-se no art. 4º:

As cooperativas são sociedades de pessoas, com forma e natureza jurídica próprias, de natureza civil, não sujeitas à falência, constituídas para prestar serviços aos associados, distinguindo-se das demais sociedades pelas seguintes características:

- I - adesão voluntária, com número ilimitado de associados, salvo impossibilidade técnica de prestação de serviços;
- II - variabilidade do capital social representado por quotas-partes;
- III - limitação do número de quotas-partes do capital para cada associado, facultado, porém, o estabelecimento de critérios de proporcionalidade, se assim for mais adequado para o cumprimento dos objetivos sociais;
- IV - inacessibilidade das quotas-partes do capital a terceiros, estranhos à sociedade;
- V - singularidade de voto, podendo as cooperativas centrais, federações e confederações de cooperativas, com exceção das que exerçam atividade de crédito, optar pelo critério da proporcionalidade;
- VI - quorum para o funcionamento e deliberação da Assembléia Geral baseado no número de associados e não no capital;
- VII - retorno das sobras líquidas do exercício, proporcionalmente às operações realizadas pelo associado, salvo deliberação em contrário da Assembléia Geral;
- VIII - indivisibilidade dos fundos de Reserva e de Assistência Técnica Educacional e Social;
- IX - neutralidade política e indiscriminação religiosa, racial e social;
- X - prestação de assistência aos associados, e, quando previsto nos estatutos, aos empregados da cooperativa;
- XI - área de admissão de associados limitada às possibilidades de reunião, controle, operações e prestação de serviços (BRASIL, 1971).

Como a Lei nº 5.764/1971 disciplina o cooperativismo em geral, estas características estão presentes em todos os ramos do cooperativismo.

As cooperativas são conduzidas de acordo com os princípios universais do cooperativismo, que segundo Souza e Meinen (2010, p. 35), são os norteadores pelos quais as cooperativas praticam seus valores. De acordo com os autores, são sete os princípios universais do cooperativismo:

- Adesão voluntária e livre;
- Gestão democrática pelos cooperados;
- Participação econômica dos cooperados;
- Autonomia e independência;
- Educação, formação e informação;
- Intercooperação; e
- Interesse pela comunidade.

A Lei nº 5.764/1971, em seu art. 5º, disciplina que as sociedades cooperativas podem ter por objeto social qualquer gênero de serviço, operação ou atividade (BRASIL, 1971). De acordo com Souza e Meinen (2010), a manifestação cooperativista envolve diferentes segmentos, desde atividades de produção e comercialização até a prestação de serviços em diversas áreas, inclusive no setor financeiro, no qual se insere o cooperativismo de crédito.

Portanto, o crédito é um dos ramos de atuação do cooperativismo. Conforme Pinheiro (2008, p. 7),

cooperativas de crédito são instituições financeiras constituídas sob a forma de sociedade cooperativa, tendo por objeto a prestação de serviços financeiros aos associados, como concessão de crédito, captação de depósitos à vista e a prazo, cheques, prestação de serviços de cobrança, de custódia, de recebimentos e pagamentos por conta de terceiros sob convênio com instituições financeiras públicas e privadas e de correspondente no País, além de outras operações específicas e atribuições estabelecidas na legislação em vigor.

A prestação de serviços aos associados possui disciplinamento legal, regulamentada pela Lei Complementar nº 130, de 17 de abril de 2009. O art. 2º estabelece que “As cooperativas de crédito destinam-se, precipuamente, a prover, por meio da mutualidade, a prestação de serviços financeiros a seus associados, sendo-lhes assegurado o acesso aos instrumentos do mercado financeiro” (BRASIL, 2009).

Cabe ressaltar que a Lei Complementar é uma importante medida para a evolução do cooperativismo de crédito, porque contempla alguns avanços importantes do ponto de vista societário e operacional e reconhece o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo com identidade institucionalizada, concedendo assim relevância inédita ao setor (SOUZA; MEINEN, 2010).

Para o Banco Central do Brasil (2011), o órgão regulador do sistema, a regulação do segmento focou o desenvolvimento qualitativo das cooperativas de crédito, visando à ampliação da capacidade de gestão e serviços, para que houvesse crescimento sustentável das entidades. Ainda, segundo o Banco Central do Brasil (2011, p. 111), foi “a partir da década de 1990, que se iniciou o ciclo

expansionista do segmento, com crescimento no número de cooperativas de crédito e com maior atuação dessas instituições também nos centros urbanos”.

Apesar da relevância atual do segmento, o cooperativismo de crédito surgiu no Brasil há mais de 100 anos. A primeira cooperativa de crédito do país foi constituída em 28 de dezembro de 1902 na localidade de Linha Imperial, município de Nova Petrópolis no Rio Grande do Sul, sob a denominação de Caixa de Economia e Empréstimos Amstad, posteriormente batizada de Caixa Rural de Nova Petrópolis (PINHEIRO, 2008). A criação dessa cooperativa, que continua em atividade, deu-se por iniciativa do imigrante suíço padre Theodor Amstad, que promoveu o início da experiência brasileira com o cooperativismo de crédito (SOARES; MELO SOBRINHO, 2008).

As cooperativas, inclusive as de crédito, são constituídas na forma de singulares, centrais ou confederações, conforme disposto na Lei nº 5.764/1971:

Art. 6º As sociedades cooperativas são consideradas:

I - singulares, as constituídas pelo número mínimo de 20 (vinte) pessoas físicas, sendo excepcionalmente permitida a admissão de pessoas jurídicas que tenham por objeto as mesmas ou correlatas atividades econômicas das pessoas físicas ou, ainda, aquelas sem fins lucrativos;

II - cooperativas centrais ou federações de cooperativas, as constituídas de, no mínimo, 3 (três) singulares, podendo, excepcionalmente, admitir associados individuais;

III - confederações de cooperativas, as constituídas, pelo menos, de 3 (três) federações de cooperativas ou cooperativas centrais, da mesma ou de diferentes modalidades (BRASIL, 1971).

Ainda de acordo com a Lei nº 5.764/1971, o objetivo das cooperativas singulares é a prestação direta de serviços aos associados (art. 7º), já as cooperativas centrais e federações possuem como objetivo organizar, em comum e em maior escala, os serviços econômicos e assistenciais de interesse das suas cooperativas filiadas, integrando e orientando suas atividades, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços (art. 8º) (BRASIL, 1971).

Além da função de organização do sistema cooperativista desenvolvido pelas cooperativas centrais ser importante para o desenvolvimento do setor, para Soares e Melo Sobrinho (2008, p. 91),

sob a ótica da autoridade reguladora, o papel desempenhado pelas cooperativas Centrais na organização do setor cooperativo de crédito é primordial, cabendo-lhes não só tarefas de cunho diretamente financeiro, mas também aquelas relacionadas com assunção plena de suas funções de apoiadoras e controladoras dos sistemas associados[...], na medida em que contribuem, diretamente, para o desenvolvimento em bases sólidas, com elevação dos padrões de qualidade do sistema, como capacitar dirigentes, organizar fundos garantidores e produzir relatórios de controles internos.

A autoridade reguladora das cooperativas de crédito, citada por Soares e Melo Sobrinho (2008), é o Banco Central do Brasil, conforme atribuição concedida a esta autarquia federal pela Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, que disciplinou o funcionamento do Sistema Financeiro Nacional (SFN) (BRASIL, 1964). Destaca-se que tal condição foi reforçada na redação da Lei Complementar nº 130/2009, pois, ao reconhecer o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo, a norma estabelece no art. 1º que “as instituições financeiras constituídas sob a forma de cooperativas de crédito submetem-se a esta Lei Complementar, bem como à legislação do Sistema Financeiro Nacional - SFN e das sociedades cooperativas” (BRASIL, 2009).

Dessa forma, observa-se que as cooperativas de crédito possuem características peculiares quanto a seu regime jurídico, ambiente e forma de atuação voltada aos associados, possuindo também características contábeis e tributárias particulares.

### **2.1.1 Características Contábeis e Tributárias das Cooperativas de Crédito**

A escrituração dos livros contábeis e fiscais obrigatórios deve ser elaborada pelas sociedades cooperativas. Tal situação fica evidente na redação da Lei nº 5.764/1971. Conforme o art. 22º, a sociedade cooperativa, além de livros de Matrícula de seus associados; Atas das Assembleias Gerais; Atas dos Órgãos de Administração; Atas do Conselho Fiscal e dos livros de presença dos Associados nas Assembleias Gerais devem possuir os livros fiscais e contábeis obrigatórios (BRASIL, 1971).

Entretanto, por pertencerem ao conjunto de instituições financeiras, a contabilidade das cooperativas de crédito difere da contabilidade das demais empresas em uma série de aspectos. De acordo com Souza e Meinen (2010, p. 215), isso ocorre, pois,

em primeiro lugar, existe um Plano de Contas específico chamado de COSIF, emanado do Banco Central do Brasil. Este Plano, que em linhas gerais, obedece aos princípios gerais de contabilidade, possui algumas especificidades, o que é natural, visando melhor registrar os atos e fatos decorrentes das atividades realizadas pelas instituições financeiras, que diferem muito das atividades das empresas comerciais, industriais e dos demais serviços.

Outro aspecto diferenciado da contabilidade das cooperativas de crédito deve-se ao fato de que, para cumprirem a disposição legal estabelecida no art. 31

da Lei nº 4.595/1964, as instituições levantam balanços gerais em 30 de junho e 31 de dezembro de cada ano com observância das regras contábeis estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional (BRASIL, 1964).

Dessa forma, observa-se que a contabilidade das cooperativas de crédito deve estar em consonância com as normas editadas pela autoridade reguladora do Sistema Financeiro Nacional.

Com relação às questões tributárias das cooperativas de crédito, primeiramente é necessário observar que as atividades desenvolvidas pelas sociedades cooperativas são divididas em atos cooperativos e atos não cooperativos. Ao versar sobre Sistema Operacional das Cooperativas, a Lei nº 5.764/1971 expõe no art. 79:

Denominam-se atos cooperativos os praticados entre as cooperativas e seus associados, entre estes e aquelas e pelas cooperativas entre si quando associados, para a consecução dos objetivos sociais.

Parágrafo único. O ato cooperativo não implica operação de mercado, nem contrato de compra e venda de produto ou mercadoria (BRASIL, 1971).

De acordo com Souza e Meinen (2010, p. 74), “o ato cooperativo é o clássico ato, praticado dentro dos objetivos sociais, entre a cooperativa e seus associados. Este ato não sofre a incidência de tributos em relação à cooperativa”. Entretanto, o ato não cooperativo, que é o ato praticado pela cooperativa fora de seus objetivos sociais ou sem a presença de associado, produz lucro, sobre o qual incidem todos os impostos que incidiriam caso fossem praticados por qualquer empresa tradicional (SOUZA; MEINEN, 2010).

As sociedades cooperativas possuem um tratamento tributário próprio, afirmam Meinen, Domingues e Domingues (2003), devido a seu perfil jurídico-funcional diferenciado e suas características peculiares, que são mundialmente reconhecidas. No contexto brasileiro, com a prerrogativa legal expressa no art. 86 da Lei nº 5.764/1971, considera-se como renda tributável apenas os resultados positivos obtidos pelas cooperativas nas operações em que forneçam bens e serviços a não associados, desde que tal faculdade atenda aos objetivos sociais e estejam em conformidade com esta lei (BRASIL, 1971).

Portanto, a incidência de tributos nas sociedades cooperativas deve respeitar a segregação das atividades em atos cooperativos e atos não cooperativos. Para Souza e Meinen (2010, p. 223),

a cooperativa, naquelas operações decorrentes de atos não cooperativos, equipara-se a qualquer empresa [...] sendo assim, torna-se necessário que

se implante efetivos controles a respeito das receitas e despesas decorrentes desses atos, visando a correta geração de bases para a apuração dos diversos tributos que incidem sobre esses resultados. PIS/COFINS, IRPJ, e CSLL, por exemplo, são tributos que a cooperativa deve controlar e recolher, sob pena de estar incorrendo em sonegação.

Desse modo, as sociedades cooperativas estão sujeitas à tributação quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos. Portanto, devem destacar em sua escrituração contábil receitas, custos, despesas e encargos relativos a esses atos, ou seja, relativos às operações realizadas com não associados e, nestes casos, as cooperativas deverão possuir todos os livros contábeis e fiscais exigidos das outras pessoas jurídicas (RFB, 2012).

A legislação tributária institui regimes para apuração do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica. As cooperativas de crédito estão sujeitas ao regime de apuração do Lucro Real, conforme determina a Lei 9.718, de 27 de novembro de 1998:

Art. 14. Estão obrigadas à apuração do lucro real as pessoas jurídicas: [...]  
II - cujas atividades sejam de bancos comerciais, bancos de investimentos, bancos de desenvolvimento, caixas econômicas, sociedades de crédito, financiamento e investimento, sociedades de crédito imobiliário, sociedades corretoras de títulos, valores mobiliários e câmbio, distribuidoras de títulos e valores mobiliários, empresas de arrendamento mercantil, **cooperativas de crédito**, empresas de seguros privados e de capitalização e entidades de previdência privada aberta (BRASIL, 1998, grifo nosso).

Segundo a RFB (2012), na apuração da base de cálculo do Lucro Real, as cooperativas de crédito devem adotar os seguintes procedimentos:

- a) apuram-se as receitas dos atos cooperativos e dos atos não cooperativos, ou seja, das operações com não associados, separadamente;
- b) apuram-se, também separadamente, os custos diretos e atribui-se esses custos às receitas com as quais tenham relação;
- c) os custos indiretos, as despesas e encargos comuns às duas espécies de receitas, devem ser apropriados proporcionalmente ao valor de cada uma das espécies de receita.

Além do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), incide sobre os atos não cooperativos a contribuição para o Programa de Integração Social (PIS) e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS).

A RFB editou, em 24 de março de 2006, a Instrução Normativa nº 635, que dispõe sobre a Contribuição para o PIS/Pasep e a COFINS, cumulativas e não-cumulativas, devidas pelas sociedades cooperativas em geral. Tal norma estabeleceu que as sociedades cooperativas, na apuração da Contribuição para o PIS/Pasep e da COFINS incidentes sobre o faturamento, da Contribuição para o PIS/Pasep-Importação e da COFINS-Importação e da Contribuição para o

PIS/Pasep incidente sobre a folha de salários, devem observar as disposições desta Instrução Normativa (BRASIL, 2006).

Em conformidade com a Lei nº 11.051, de 29 de dezembro de 2004, que dispõe sobre o desconto de crédito na apuração da CSLL e da Contribuição para o PIS/Pasep e COFINS não cumulativas, a Instrução Normativa estabeleceu que, na determinação da base de cálculo da incidência das contribuições, as cooperativas de crédito podem, entre outras exclusões ou deduções, excluir os ingressos decorrentes do ato cooperativo:

Art. 15 A base de cálculo da Contribuição para o PIS/Pasep e da COFINS, apurada pelas sociedades cooperativas de crédito, pode ser ajustada, além do disposto no art. 9º, pela:

I - dedução das despesas incorridas nas operações de intermediação financeira;

II - dedução dos encargos com obrigações por refinanciamentos, empréstimos e repasses de recursos de órgãos e instituições oficiais ou de direito privado;

III - dedução das perdas com títulos de renda fixa e variável, exceto com ações;

IV - dedução das perdas com ativos financeiros e mercadorias em operações de hedge;

V - **exclusão dos ingressos decorrentes de ato cooperativo**; e

VI - dedução das sobras líquidas apuradas na Demonstração do Resultado do Exercício, antes da destinação para a constituição do Fundo de Reserva e do Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (Fates), previstos no art. 28 da Lei nº 5.764, de 1971 (BRASIL, 2006, grifo nosso).

No entanto, os valores excluídos da base de cálculo do PIS e da COFINS referentes aos atos cooperativos, ou seja, as operações realizadas com os associados deverão ser contabilizadas separadamente pela cooperativa, conforme disciplina a Medida Provisória nº 2.158-35, de 24 agosto de 2001, em seu art. 15, § 2º, e essas operações devem ser comprovadas mediante documentação hábil e idônea (RFB, 2012).

Observa-se que, na redação do art. 28 da Instrução Normativa RFB nº 635/2006, quando fizerem uso das exclusões da base de cálculo de que tratam os incisos I a VI do art. 15, as cooperativas de crédito sujeitam-se à contribuição para o PIS/Pasep incidente sobre a folha de salários (BRASIL, 2006).

Diante do exposto, verifica-se que as cooperativas de crédito devem observar as características contábeis de acordo com as normas aplicáveis às instituições financeiras, e o tratamento tributário dessas sociedades depende prioritariamente da segregação de suas atividades em atos cooperativos e não cooperativos.

## 2.2 Sistema Público de Escrituração Digital

O avanço da tecnologia alterou a forma como as empresas realizam suas operações, possibilitando maior controle e agilidade nos processos organizacionais. Para Faria *et al.* (2010), os avanços nas áreas da tecnologia da informação e comunicação eletrônica, possuindo a Internet como importante ferramenta, interligam o mundo e possibilitam a expansão da economia. Os avanços tecnológicos também alteraram a forma como as entidades geram suas informações contábeis e fiscais.

No contexto brasileiro, observa-se que a contabilidade está passando por mudanças devido à informatização dos processos contábeis e também devido às modificações promovidas na legislação tributária. Nesse cenário, o SPED merece destaque pela modernização e pelas mudanças que insere no meio empresarial (BRITZ; SANTANA; LUNKES, 2010).

O SPED foi instituído pelo Decreto nº 6.022/2007 e sua definição é expressa no art. 2º:

instrumento que unifica as atividades de recepção, validação, armazenamento e autenticação de livros e documentos que integram a escrituração comercial e fiscal dos empresários e das sociedades empresárias, mediante fluxo único, computadorizado, de informações (BRASIL, 2007).

De acordo com Alves Júnior, Medeiros e Sousa Neto (2012), o SPED surgiu da necessidade do governo, como agente fiscalizador e arrecadador de impostos, acompanhar a evolução tecnológica e substituir as informações declaradas em papel por sistemas e softwares.

O sistema, segundo a Receita Federal do Brasil (RFB, 2012), de maneira simplificada, consiste na modernização da atual sistemática do cumprimento das obrigações acessórias, alterando a forma como são transmitidas pelos contribuintes às administrações tributárias e aos órgãos fiscalizadores, pois os contribuintes passam a transmiti-las apenas na sua forma digital, utilizando a certificação digital para fins de assinatura dos documentos eletrônicos, garantindo assim a validade jurídica.

O projeto é uma iniciativa conjunta das três esferas do governo: Federal, Estadual e Municipal. Por meio do SPED, segundo Britz, Santana e Lunkes (2010, p. 3), “os diferentes entes da federação poderão compartilhar as informações sobre os



contribuintes diminuindo a quantidade de obrigações acessórias que estes devem prestar”. Após a implantação do SPED, os contribuintes não precisarão mais passar suas informações para cada um dos órgãos fiscalizadores em arquivo físico, pois será realizado por meio de um sistema digital *online*, e tais informações serão armazenadas em uma base de dados única que será compartilhada pelo fisco e demais órgãos autorizados (FARIA *et al.*, 2010).

Segundo informações disponíveis no Portal SPED (RFB, 2012), a nova sistemática faz com que os contribuintes possuam participação efetiva na definição dos meios de atendimento às obrigações tributárias acessórias, exigidas pela legislação tributária e assim poderão contribuir com o aprimoramento desses mecanismos.

Entretanto, para adaptar-se à exigência legal e implantar o SPED, algumas mudanças podem ser necessárias nos processos das organizações. Para Alves Júnior, Medeiros e Sousa Neto (2012, p. 9), o SPED é uma sistemática inovadora e complexa, o que exige perfeita integração dos processos internos das organizações com os demais processos externos. Conforme Ruschel, Frezza e Utzig (2011, p. 10), o SPED “revolucionou o sistema tributário nacional, obrigando todas as empresas a se adaptarem às novas regras de fiscalização implantadas pelo fisco”.

Com relação às mudanças que ocorrerão com a implantação do SPED, Britz, Santana e Lunkes (2010, p. 4-5) discorrem sobre a atuação do profissional contábil:

Inicialmente, até que todos estejam bem adaptados, a implantação do SPED exigirá estudo dos profissionais contábeis para que conheçam sua sistemática de funcionamento e a legislação aplicável. Porém, a tendência é que quando o SPED estiver em pleno funcionamento, ele venha a diminuir o tempo que o contador despende com a área tributária das empresas, pois ele tende a reduzir as obrigações acessórias, agilizar os processos, ou seja, diminuir o trabalho fiscal do contador, caracterizando mais uma importante alteração que o programa proporcionará.

O SPED foi dividido em diversos subprojetos, entre eles: a ECD; a Escrituração Fiscal Digital (EFD); Escrituração Fiscal Digital da Contribuição para o PIS/Pasep, da Contribuição para o Financiamento da COFINS e da Contribuição Previdenciária sobre a Receita (EFD Contribuições); o Controle Fiscal Contábil de Transição (FCONT); e o Livro Eletrônico de Escrituração e Apuração do Imposto sobre a Renda e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido da Pessoa Jurídica Tributada pelo Lucro Real (e-Lalur), que abrangem a totalidade das informações contábeis e fiscais da entidade.

### 2.2.1 Escrituração Contábil Digital

A ECD é o subprojeto do SPED, que objetiva substituir a escrituração em papel pela escrituração digital. Foi instituída pela Instrução Normativa RFB nº 787, de 19 de novembro de 2007 (BRASIL, 2007). Conforme redação do art. 1º: “Fica instituída a Escrituração Contábil Digital (ECD), para fins fiscais e previdenciários, de acordo com o disposto nesta Instrução Normativa”.

A Instrução Normativa é o principal instrumento regulador da ECD e, dentre outras orientações, explicita os livros abrangidos na escrituração digital:

Art. 2º A ECD compreenderá a versão digital dos seguintes livros:

I - livro Diário e seus auxiliares, se houver;

II - livro Razão e seus auxiliares, se houver;

III - livro Balancetes Diários, Balanços e fichas de lançamento comprobatórias dos assentamentos neles transcritos (BRASIL, 2007).

A escrituração dos livros contábeis abrangidos na ECD é gerada pelo sistema de informações contábeis da entidade. Segundo a RFB (2012), “a partir do seu sistema de contabilidade, a empresa gera um arquivo digital no formato especificado no anexo único à Instrução Normativa RFB nº 787/07.” O anexo contém o manual de orientação do leiaute de geração do arquivo digital para a escrituração contábil. Para Alves Júnior, Medeiros e Sousa Neto (2012, p. 10), a ECD “converte para a forma digital documentos anteriormente entregues por meio de papel”.

As entidades sujeitas à ECD deverão, segundo a Instrução Normativa RFB nº 787/2007, após geração do arquivo digital, submetê-lo ao programa disponibilizado pelo SPED para validação de conteúdo, assinatura digital, transmissão e visualização.

De acordo com Alves Júnior, Medeiros e Sousa Neto (2012, p. 6), o processo de escrituração digital ocorre da seguinte maneira:

após a validação do arquivo contendo a escrituração, deverá ser efetuada a transmissão via internet para o SPED, que ao recepcionar o arquivo emite um recibo de entrega para o contribuinte. Esse sistema assume a responsabilidade do arquivamento e segurança dos dados, e de encaminhar para a Junta Comercial do Estado de origem da empresa, para a autenticação e validade do ato.

As entidades obrigadas à ECD estão previstas na Instrução Normativa RFB nº 787/2007, com a redação dada pela Instrução Normativa RFB nº 926, de 11 de março de 2009:

Art. 3º Ficam obrigadas a adotar a ECD, nos termos do art. 2º do Decreto nº 6.022, de 2007:

I - em relação aos fatos contábeis ocorridos a partir de 1º de janeiro de 2008, as sociedades empresárias sujeitas a acompanhamento econômico-tributário diferenciado, nos termos da Portaria RFB nº 11.211, de 7 de novembro de 2007, e sujeitas à tributação do Imposto de Renda com base no Lucro Real;

II - em relação aos fatos contábeis ocorridos a partir de 1º de janeiro de 2009, as demais sociedades empresárias sujeitas à tributação do Imposto de Renda com base no Lucro Real (BRASIL, 2009).

Sendo assim, a Instrução Normativa RFB nº 787/2007 estabeleceu a obrigatoriedade apenas às sociedades empresárias. As cooperativas de crédito são sociedades de pessoas, com forma e natureza jurídica própria, independentemente de seus objetos, dessa forma não estão obrigadas a apresentação da ECD.

Essa questão foi confirmada por meio da solução de consulta à Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil da 5ª Região Fiscal (SRRF) nº 55, de 27 de novembro de 2009, publicada no Diário Oficial da União sob o nº 239, de 15 de dezembro de 2009 (DOU, 2009): “As cooperativas são sociedades simples e, como tais, estão desobrigadas da adoção da Escrituração Contábil Digital – ECD”.

Nesse caso, a adoção da ECD por parte das cooperativas de crédito torna-se facultativa. Para Britz, Santana e Lunkes (2010), mesmo sendo facultativa para algumas pessoas jurídicas, a ECD tende a ser utilizada por todas as empresas brasileiras, sendo que este fato dependerá apenas de tempo e adaptações.

Dessa forma, a adoção deste subprojeto do SPED e, conseqüentemente, a escrituração digital dos livros contábeis em cooperativas de crédito se sujeitam ao interesse dos gestores e profissionais contábeis em implantar nestas entidades a ECD.

### **2.2.2 Escrituração Fiscal Digital**

A Escrituração Fiscal Digital (EFD) objetiva substituir os livros fiscais das empresas por seus correspondentes digitais. Foi instituída por meio do Convênio ICMS nº 143, de 15 de dezembro de 2006:

[...] se constitui em um conjunto de escrituração de documentos fiscais e de outras informações de interesse dos fiscos das unidades federadas e da Secretaria da Receita Federal bem como no registro de apuração de impostos referentes às operações e prestações praticadas pelo contribuinte. (BRASIL, 2006).

De acordo com Britz, Santana e Lunkes (p. 6, 2010), “a EFD é um arquivo digital que contém as informações que devem ser repassadas pelo contribuinte ao fisco, para que este possa realizar a fiscalização do cumprimento das obrigações fiscais das empresas”.

As entidades sujeitas obrigatoriamente à adoção da Escrituração Fiscal Digital foram definidas na Cláusula terceira do Convênio ICMS nº 143/2006, sendo “obrigatória para os contribuintes do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS ou do Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI” (BRASIL, 2006).

Para Alves Júnior, Medeiros e Sousa Neto (2012), esse novo sistema não só substitui todos os livros fiscais utilizados pelas sociedades empresárias por arquivos digitais com validade jurídica para todos os fins, como também mediante um esforço conjunto entre os fiscos, elimina uma série de obrigações acessórias.

A Secretaria da Receita Federal (SRF) e o Conselho Nacional de Política Fazendária (CONFAZ) definiram, no Convênio, os livros abarcados na EFD:

Cláusula sétima A escrituração prevista na forma deste convênio substitui a escrituração e impressão dos seguintes livros:

- I - Registro de Entradas;
- II - Registro de Saídas;
- III - Registro de Inventário;
- IV - Registro de Apuração do IPI;
- V - Registro de Apuração do ICMS (BRASIL, 2006).

Da mesma forma que ocorre com a ECD, a Escrituração Fiscal Digital deve ser gerada a partir da base de dados da empresa, informando todos os documentos fiscais e outras informações de interesse dos fiscos federal e estadual, referentes ao período de apuração dos impostos ICMS e IPI, seguindo o leiaute de acordo com Ato Cotepe. Posteriormente, o arquivo deverá ser assinado digitalmente e transmitido, via Internet, ao ambiente SPED (Convênio ICMS nº 143/2006).

A EFD, segundo Faria *et al.* (2010), tornou-se um grande subprojeto do SPED, pois assegura o compartilhamento de informações relativas às escriturações fiscal e contábil digital das empresas com as unidades federadas de localização dos estabelecimentos da empresa.

### 2.2.3 EFD Contribuições

Por meio da Instrução Normativa RFB nº 1.052, de 5 de julho de 2010, foi instituída a Escrituração Fiscal Digital – PIS/COFINS. Entretanto, em 1º de março de 2012, esta Instrução Normativa foi revogada pela Instrução Normativa RFB nº 1.252. Conforme redação do art. 2º, a EFD PIS/COFINS passou a denominar-se Escrituração Fiscal Digital das Contribuições incidentes sobre a Receita (EFD Contribuições), contemplando a escrituração fiscal digital da Contribuição para o PIS/Pasep, da COFINS e da Contribuição Previdenciária sobre a Receita (RFB, 2012).

Essa escrituração é aplicável às pessoas jurídicas submetidas à apuração do PIS e da COFINS, dentre as quais situam-se as cooperativas de crédito, que ficam obrigadas a apresentar a EFD Contribuições.

O prazo de entrega da EFD Contribuições das cooperativas de crédito está definido no art. 4º na Instrução Normativa RFB nº 1.252/2012, na qual se determinou que ficam obrigadas a adotar e escriturar a EFD Contribuições:

III - em relação à Contribuição para o PIS/Pasep e a COFINS, referentes aos fatos geradores ocorridos a partir de 1º de janeiro de 2013, as pessoas jurídicas referidas nos §§ 6º, 8º e 9º do art. 3º da Lei nº 9.718, de 27 de novembro de 1998, e na Lei nº 7.102, de 20 de junho de 1983. (BRASIL, 2012).

Dessa forma, como as cooperativas de crédito são mencionadas no § 6º, art. 3º, da Lei nº 9.718/1998, a obrigatoriedade da EFD Contribuições para as cooperativas de crédito está prevista na norma legal a partir dos fatos geradores de 2013. Portanto, a primeira transmissão dessa escrituração à administração tributária ocorrerá em março de 2013, pois o art. 7º da Instrução Normativa RFB nº 1.252/2012 expressa: “A EFD Contribuições será transmitida mensalmente ao SPED até o 10º (décimo) dia útil do 2º (segundo) mês subsequente ao que se refira à escrituração, inclusive nos casos de extinção, incorporação, fusão e cisão total ou parcial” (BRASIL, 2012).

É importante que as cooperativas se preparem para atender o prazo estabelecido na legislação, pois a não apresentação da EFD Contribuições no prazo fixado no art. 7º acarretará a aplicação de multa no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) por mês-calendário ou fração (BRASIL, 2012). Nesse sentido, em virtude de

haver a previsão legal para a implantação deste subprojeto, torna-se relevante a entidade planejar-se para adequar-se a esta nova exigência da legislação tributária.

#### **2.2.4 Controle Fiscal Contábil de Transição**

O Controle Fiscal Contábil de Transição (FCONT) é uma escrituração das contas patrimoniais e de resultado, em partidas dobradas, que considera os métodos e critérios contábeis aplicados pela legislação tributária em 31 de dezembro de 2007, sendo assim definido na Instrução Normativa RFB nº 949/2009, que instituiu este subprojeto do SPED (BRASIL, 2009).

Além de disciplinar sobre o FCONT, a Instrução Normativa regulamenta o Regime Tributário de Transição (RTT). O RTT foi constituído pela Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, para determinar que, na apuração do lucro real, sejam efetuados os ajustes tributários necessários para eliminar os resultados decorrentes dos novos métodos e critérios contábeis introduzidos pela Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007, e pelos arts. 37 e 38 da própria Lei nº 11.941/2009 (BRASIL, 2009).

Dessa maneira, o FCONT é um controle para fins de registros auxiliares, que visa neutralizar as alterações introduzidas pela Lei nº 11.638 e pelos arts. 37 e 38 da Lei nº 11.941/2009, que modifiquem o critério de reconhecimento de receitas, custos e despesas computadas na escrituração contábil, para apuração do lucro líquido do exercício, buscando a neutralidade tributária. Segundo Iudicibus *et al.* (2010), a criação do Regime Tributário de Transição foi inestimável contribuição da RFB para que a contabilidade brasileira possa caminhar rumo à convergência as normas internacionais, sem que os aspectos tributários sejam descumpridos.

A elaboração e entrega do FCONT é destinada obrigatória e exclusivamente às pessoas jurídicas sujeitas cumulativamente ao lucro real e ao RTT (art. 7º, Instrução Normativa RFB nº 949/2009). Além disso, a redação dada pela Instrução Normativa RFB nº 1.139, de 28 de março de 2011, ao § 4º do art. 8º da Instrução Normativa RFB nº 949/2009 ampliou a obrigatoriedade da elaboração do FCONT, “mesmo no caso de não existir lançamento com base em métodos e critérios diferentes daqueles prescritos pela legislação tributária, baseada nos critérios contábeis vigentes em 31 de dezembro de 2007, nos termos do art. 2º” (BRASIL, 2011).

Desse modo, a partir do ano-calendário 2010, todas as cooperativas de crédito, por estarem sujeitas a apurar a base de cálculo do IRPJ pelo lucro real, mesmo no caso de não possuírem ajustes a serem escriturados, deverão elaborar e entregar o FCONT.

### 2.2.5 e-Lalur

A Instrução Normativa RFB nº 989, de 22 de dezembro de 2009, instituiu o Livro Eletrônico de Escrituração e Apuração do Imposto sobre a Renda e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido da Pessoa Jurídica Tributada pelo Lucro Real (e-Lalur). A Instrução Normativa RFB nº 989 determinou:

Art. 2º A escrituração e entrega do e-Lalur, referente à apuração do Imposto sobre a Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), será obrigatória para as pessoas jurídicas sujeitas à apuração do Imposto sobre a Renda pelo Regime do Lucro Real. (BRASIL, 2009).

Segundo Faria *et al.* (2010), o subprojeto do e-Lalur é a substituição de uma obrigação conhecida pelos contabilistas pela sua versão digital, no âmbito do SPED. Tal afirmação dos autores é válida, pois o Lalur foi criado em 1977, por meio do Decreto-Lei nº 1.598, de 26 de dezembro de 1977, atendendo a previsão do § 2º do art. 177 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976. O Lalur é um livro de escrituração de natureza eminentemente fiscal e destina-se à apuração extra contábil do lucro real sujeito à tributação pelo imposto de renda em cada período de apuração, contendo, ainda, elementos que poderão afetar os resultados de períodos futuros (RFB, 2012).

O Lalur faz-se necessário, pois, para apurar o lucro real sobre o qual haverá incidência de tributos, é preciso “conhecer o valor do lucro ou prejuízo líquido do período e os valores que devem ser acrescidos, excluídos ou compensados a esse lucro, de acordo com a legislação fiscal” (IUDÍCIBUS *et al.*, 2010, p. 319), sendo tal livro utilizado para determinar este valor.

Portanto, o art. 3º Instrução Normativa RFB nº 989/2009 determina que, para a escrituração do lucro real,

O sujeito passivo deverá informar, no e-Lalur, todas as operações que influenciem, direta ou indiretamente, imediata ou futuramente, a composição da base de cálculo e o valor devido dos tributos referidos no art. 2º, especialmente quanto:

- I - à associação das contas do plano de contas contábil com plano de contas referencial, definido em ato específico da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB);
- II - ao detalhamento dos ajustes do lucro líquido na apuração do Lucro Real;
- III - ao detalhamento dos ajustes da base de cálculo da CSLL;
- IV - aos registros de controle de todos os valores a excluir, adicionar ou compensar em exercícios subsequentes, inclusive prejuízo fiscal e base de cálculo negativa da CSLL;
- V - aos registros, lançamentos e ajustes que forem necessários para a observância de preceitos da lei tributária relativos à determinação do lucro real e da base de cálculo da CSLL, quando não devam, por sua natureza exclusivamente fiscal, constar da escrituração comercial, ou sejam diferentes dos lançamentos dessa escrituração.
- VI - aos lançamentos constantes da Entrada de Dados para o Controle Fiscal Contábil de Transição (FCont), de que tratam os arts. 7º a 9º da Instrução Normativa RFB nº 949, de 16 de junho de 2009, e a Instrução Normativa RFB nº 967, de 15 de outubro de 2009 (BRASIL, 2009).

Ruschel, Frezza e Utzig (2011) relatam que o e-Lalur continuará a ser escriturado de acordo com o período de apuração do IRPJ e da CSLL, trimestral, anual ou mensalmente com base no balancete de suspensão ou redução. Faria *et al.* (2010, p. 6) expõem que “o e-Lalur, também tem como objetivo eliminar a redundância das informações existentes na escrituração contábil, no Lalur - Livro de apuração do Lucro Real e na DIPJ- Declaração de Imposto de Renda Pessoa Jurídica”.

Entretanto, este subprojeto do SPED encontra-se em elaboração, sendo sua obrigatoriedade determinada a partir do ano-calendário 2013, conforme a redação da Instrução Normativa RFB nº 1.249, de 17 de fevereiro de 2012 (BRASIL, 2012).



### **3 DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS**

Este capítulo destina-se à descrição e interpretação dos dados coletados. Inicialmente apresenta-se a caracterização das cooperativas de crédito de Santa Catarina. Na sequência, passa-se à análise dos dados, de acordo os grupos de perguntas do questionário encaminhado aos profissionais contabilistas: Grupo I - Perfil dos Contabilistas; Grupo II - Sobre o SPED; Grupo III - Sobre a implantação FCONT; e Grupo IV - Sobre a EFD Contribuições e o e-Lalur.

#### **3.1 Caracterização das cooperativas de crédito catarinenses**

O cooperativismo de crédito está presente em Santa Catarina há aproximadamente 100 anos, pois, de acordo com Pinho e Palhares (2004), a primeira manifestação desse tipo entidade no estado ocorreu em 3 de novembro de 1912, na cidade de Rodeio, quando foi constituída uma cooperativa de produção que possuía seção de crédito.

Contudo, em 21 de outubro de 1932, no município de Itapiranga, surgiu a primeira cooperativa de crédito em Santa Catarina (PINHO; PALHARES, 2004). Essa sociedade cooperativa continua em atividade até os dias atuais e compõe o conjunto de 120 cooperativas que atua no estado segundo a relação de instituições em funcionamento, listadas na página eletrônica do Banco Central do Brasil ([www.bcb.org.br](http://www.bcb.org.br)).

As 120 cooperativas do estado estão divididas em cinco sistemas cooperativistas distintos: SICOOB, CECRED, SICREDI, UNICREDI e CRESOL, sendo quatro cooperativas centrais e 116 cooperativas singulares. Segundo o Banco Central do Brasil (2011), esses sistemas propiciam economia de escala, melhorando a viabilidade econômica das cooperativas, pois as entidades se organizam sob uma estrutura piramidal, em que as cooperativas singulares ocupam a base, as cooperativas centrais ou federações ocupam a zona intermediária e a confederação fica no topo. Segundo o Portal do Cooperativismo de Crédito ([www.cooperativismodecredito.com.br](http://www.cooperativismodecredito.com.br)), algumas dessas uniões de cooperativas se tornam tão grandes que se autodenominam sistemas.

As cooperativas de crédito de Santa Catarina são importante instrumento da economia local. Essas entidades, segundo o Sindicato e Organização das

Cooperativas do Estado de Santa Catarina (OCESC, 2012), auferiram em 2011 uma receita total R\$ 1.382.447.000,00 (um bilhão trezentos e oitenta e dois milhões quatrocentos e quarenta e sete mil reais). Ainda de acordo com a entidade, no estado catarinense, mais de 720 mil pessoas são associadas de cooperativas de crédito. Além disso, as 120 cooperativas de crédito geram emprego a 4.098 colaboradores, alavancando o desenvolvimento socioeconômico do estado.

### **3.2 Análise dos Dados**

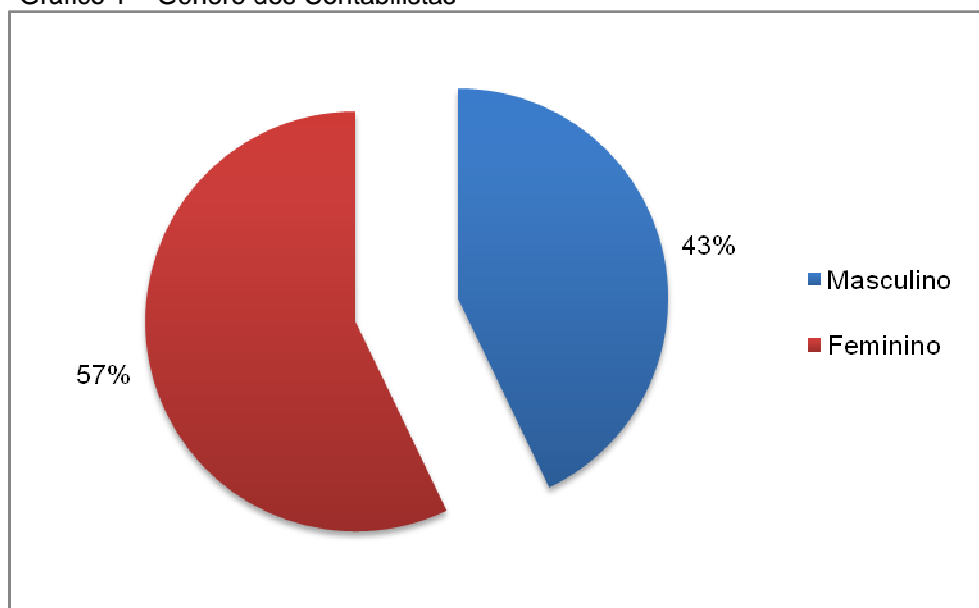
Da população pesquisada, formada por 48 contabilistas dos quais se obteve o endereço do correio eletrônico, 21 responderam o questionário encaminhado e, portanto, compõem a amostra da pesquisa. Com esse número de respondentes, a taxa de resposta alcançada foi de 43%. Após a obtenção dos dados, foram realizadas as análises apresentadas a seguir.

#### **3.2.1 Grupo I – Perfil dos Contabilistas**

Este grupo de perguntas teve como objetivo identificar o perfil dos profissionais contábeis que atuam nas cooperativas de crédito de Santa Catarina.

Com os dados obtidos, verifica-se que 57% dos profissionais contábeis são mulheres e 43% são homens, portanto, a maioria dos contabilistas das cooperativas de crédito de Santa Catarina é do sexo feminino. Graficamente temos a visualização dos contabilistas quanto ao gênero, demonstrada no Gráfico 1:

Gráfico 1 – Gênero dos Contabilistas

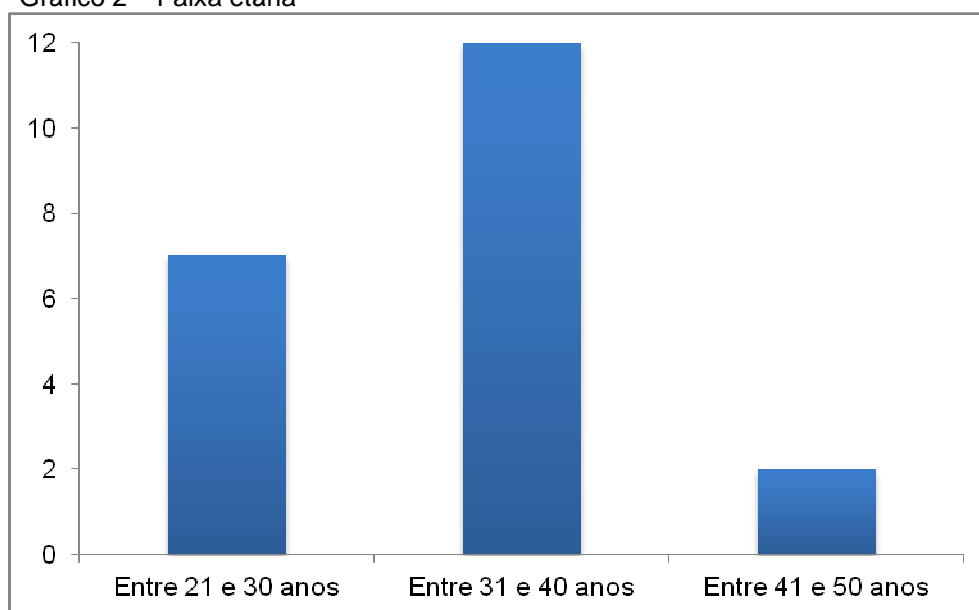


Fonte: Dados da pesquisa.

Os dados obtidos são similares aos dados do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), pois, em novembro de 2012, segundo a lista de “Profissionais Ativos nos Conselhos Regionais de Contabilidade agrupados por Gênero” disponível na página eletrônica do CFC, do total de contabilistas de Santa Catarina 61,03% são mulheres e 38,97% são homens.

A pesquisa também buscou identificar a idade dos profissionais contábeis das cooperativas de crédito catarinenses. Os resultados obtidos demonstram que a idade desses profissionais está concentrada em três faixas etárias, conforme o gráfico 2:

Gráfico 2 – Faixa etária

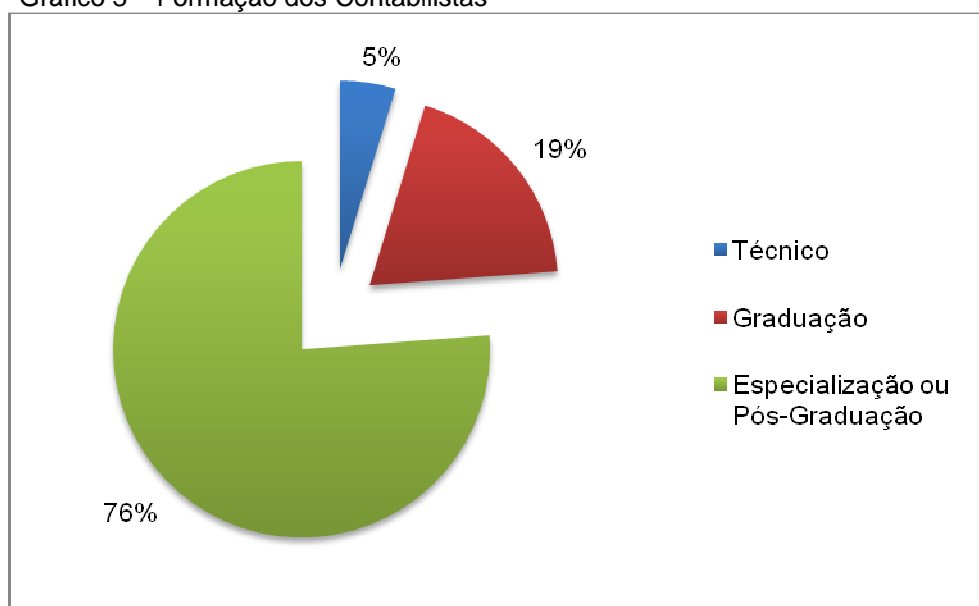


Fonte: Dados da pesquisa.

O resultado da pesquisa revela que, em valores percentuais, 33% da amostra possuem entre 21 e 30 anos, 10% possuem entre 41 e 50 anos e que a maior parcela dos contabilistas, 12 dos respondentes, que correspondem a 57% da amostra, possuem entre 31 e 40 anos de idade.

Quando indagados sobre sua formação acadêmica, verificou-se que a maioria dos contabilistas das cooperativas de crédito de Santa Catarina, conforme demonstrado no gráfico 3, possui especialização ou pós-graduação.

Gráfico 3 – Formação dos Contabilistas



Fonte: Dados da pesquisa.

O fato de uma parcela significativa dos contabilistas possuírem especialização ou pós-graduação pode estar relacionado à existência de Fundos de Assistência Técnica Educacional e Social nas sociedades cooperativas. A constituição do fundo é obrigatória, conforme estabelece o art. 28 da Lei nº 5.764/1971, e os recursos são destinados à prestação de assistência técnica, educacional e social aos associados e seus familiares. Quando previsto nos estatutos das entidades, o recurso pode ser utilizado pelos empregados das cooperativas, o que possivelmente contribuiu para a formação dos contabilistas destas entidades (BRASIL, 1971).

Além de verificar qual a formação dos profissionais, procurou-se identificar há quanto tempo concluíram sua formação. Portanto, essa informação foi tabulada e analisada estabelecendo a relação entre estas duas variáveis, obtendo-se a seguinte combinação de dados, conforme tabela 1:

Tabela 1 – Formação x Tempo decorrido após a formação

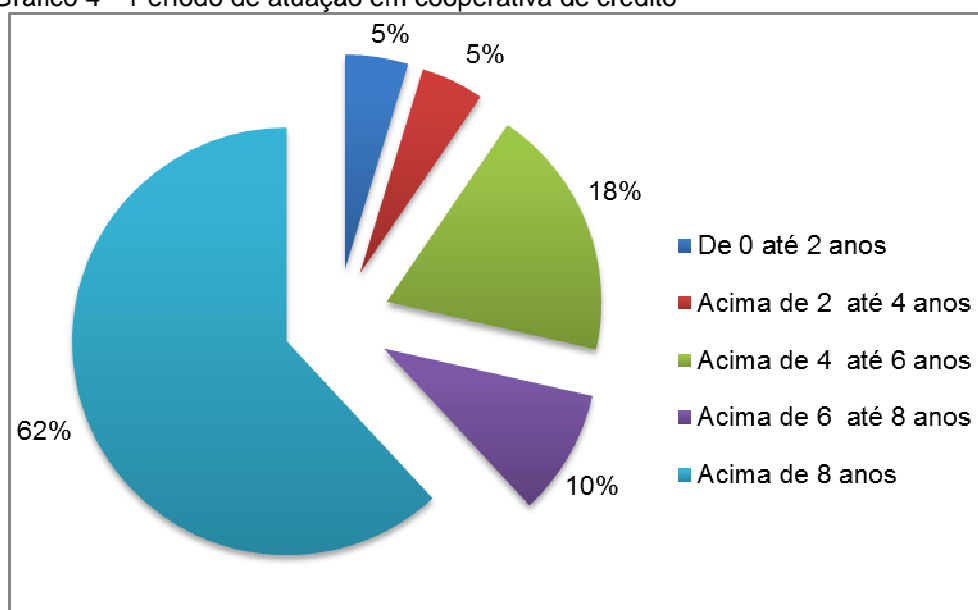
<b>Formação</b>	<b>Período decorrido após a formação</b>	<b>%</b>
<b>Técnico</b>	Acima de 6 anos	5%
<b>Graduação</b>	Acima de 2 até 4 anos	5%
<b>Graduação</b>	Acima de 4 até 6 anos	5%
<b>Graduação</b>	Acima de 6 anos	10%
<b>Especialização ou Pós-Graduação</b>	Cursando	5%
<b>Especialização ou Pós-Graduação</b>	De 0 até 2 anos	5%
<b>Especialização ou Pós-Graduação</b>	Acima de 2 até 4 anos	10%
<b>Especialização ou Pós-Graduação</b>	Acima de 4 até 6 anos	19%
<b>Especialização ou Pós-Graduação</b>	Acima de 6 anos	38%
		<b>100%</b>

Fonte: Dados da pesquisa.

A combinação de dados revela que 38% dos contabilistas, que declararam possuir especialização ou pós-graduação, concluíram essa formação há mais de seis anos.

Com o intuito de conhecer a experiência dos contabilistas no segmento de cooperativismo de crédito, os profissionais foram indagados sobre o período de atuação nessas entidades. Com a aplicação do questionário, obteve-se a informação representada no gráfico 4:

Gráfico 4 – Período de atuação em cooperativa de crédito



Fonte: Dados da pesquisa.

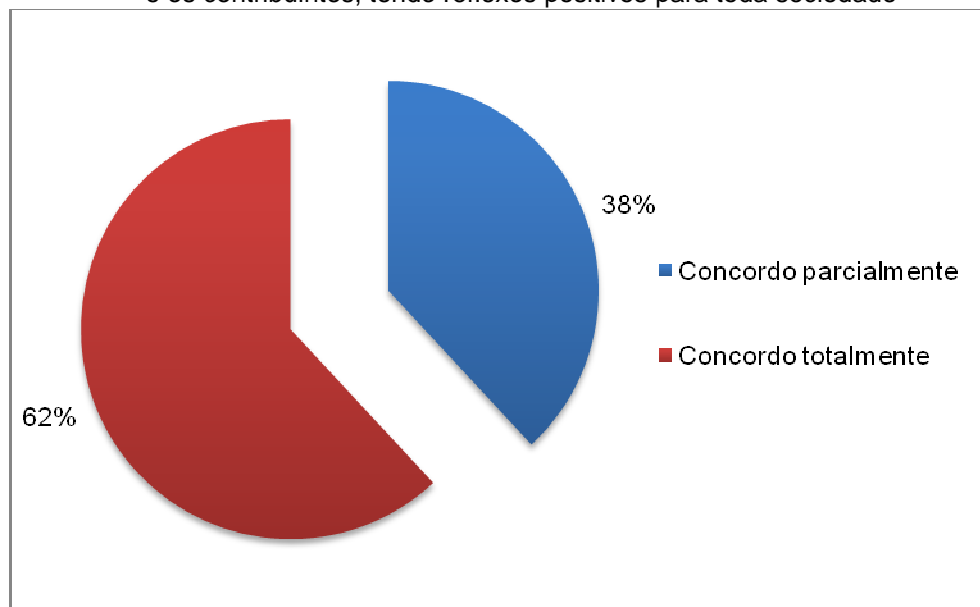
Constata-se, conforme apresentado no gráfico, que um número representativo dos contabilistas atua em cooperativas de crédito por um período superior há oito anos, pois 62% dos profissionais enquadraram-se neste grupo.

### 3.2.2 Grupo II – Sobre o SPED

Este grupo de questões teve a finalidade de identificar a percepção dos profissionais contábeis das cooperativas de crédito sobre aspectos do SPED. Primeiramente, foi apresentado aos contabilistas breve comentário sobre o projeto, de acordo com a RFB.

A primeira questão deste grupo procura verificar se os contabilistas concordam com ou discordam da informação contida na página eletrônica da RFB, que apresenta o SPED e afirma que a instituição deste sistema estabelece um novo tipo de relacionamento entre o fisco e os contribuintes, tendo reflexos positivos para toda sociedade. Com relação a esse questionamento, todos respondentes concordam com a RFB, como é possível verificar no gráfico 5:

Gráfico 5 – A instituição do SPED estabelece um novo tipo de relacionamento entre o fisco e os contribuintes, tendo reflexos positivos para toda sociedade

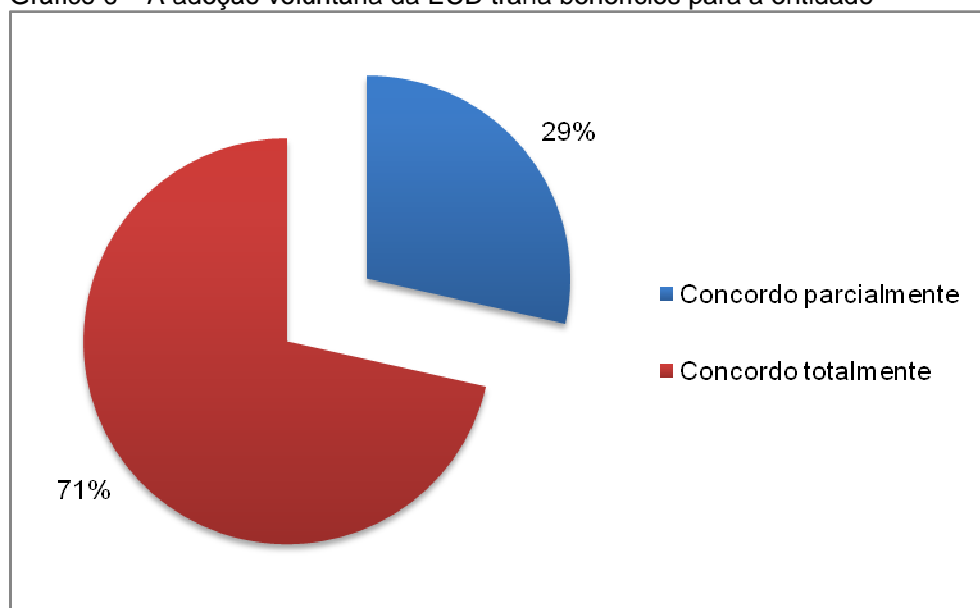


Fonte: Dados da pesquisa.

Constatou-se, ainda, que os que concordam totalmente com a informação da Receita Federal representam 62% da amostra dos contabilistas das cooperativas de crédito de Santa Catarina e, portanto, acreditam que a instituição do SPED será benéfica para toda a sociedade.

Para verificar se os contabilistas concordam que o SPED trará benefícios para a entidade onde atuam, foi questionada a opinião dos profissionais contábeis quanto à afirmação de que, mesmo não sendo obrigatória para cooperativas de crédito, a adoção da ECD traria benefícios para a entidade, como por exemplo, os citados pela RFB: redução de custos com a dispensa da impressão e armazenamento de documentos em papel; disponibilidade de cópias autênticas e válidas da escrituração para usos distintos e melhoria da qualidade da informação. Os resultados demonstram que todos os contabilistas concordam com essa afirmação, conforme demonstrado no gráfico 6:

Gráfico 6 – A adoção voluntária da ECD traria benefícios para a entidade



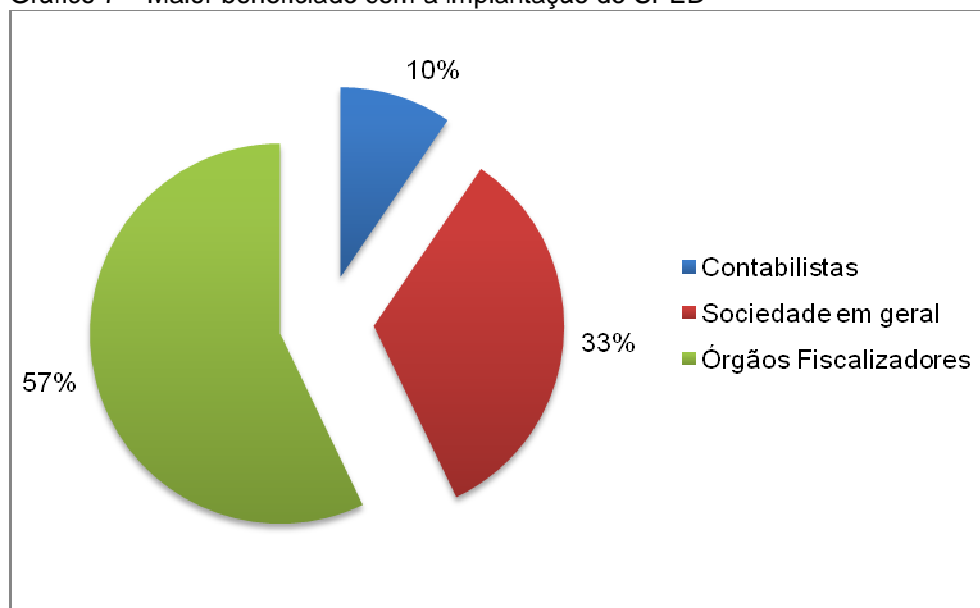
Fonte: Dados da pesquisa.

Pode-se observar ainda que 71% dos contabilistas concordam totalmente com a afirmação de que a adoção da ECD traria benefícios para entidade. Cabe ressaltar que as cooperativas não estão obrigadas a esta escrituração, e mesmo assim, os benefícios propostos pela RFB são percebidos pelos contabilistas, podendo ser um indicativo de que a opção voluntária pela ECD poderá ocorrer nestas entidades. Caso a adoção voluntária à ECD ocorra nas cooperativas de crédito de Santa Catarina, este fato irá ao encontro dos resultados da pesquisa desenvolvida por Britz, Santana e Lunkes (2010) com gestores das cooperativas agropecuárias catarinenses, já que os pesquisadores concluíram que a obrigatoriedade a um dos subprojetos fez as cooperativas aderirem ao total do SPED.

Na terceira questão deste grupo, ofereceram-se aos entrevistados quatro opções de possíveis beneficiários com a implantação do SPED. Foi solicitado aos contabilistas que, segundo sua percepção, escolhessem o segmento para o qual o SPED trará maiores benefícios. Na percepção dos profissionais contábeis, os órgãos fiscalizadores serão os maiores beneficiados com o projeto, sendo a opção selecionada por 57% dos respondentes, conforme gráfico 7:



Gráfico 7 – Maior beneficiado com a implantação do SPED



Fonte: Dados da pesquisa.

Observa-se que os profissionais não acreditam que os contribuintes possam ser os mais beneficiados com o SPED, pois essa opção não foi selecionada por nenhum dos contabilistas que compôs a amostra pesquisada. Segundo Britz, Santana e Lunkes (2010), a ideia de que o SPED favorece o fisco também está presente na opinião dos gestores das cooperativas agropecuárias catarinenses, pois todos os respondentes da pesquisa conduzida por estes autores consideraram o projeto favorável às empresas e ao fisco, ou favorável ao fisco.

Encerrando o bloco de questões sobre o SPED, elaborou-se um quadro que teve por objetivo identificar se os contabilistas das cooperativas de crédito de Santa Catarina possuem informações sobre a legislação vigente e, portanto, se considerando as regras aplicadas ao SPED, seriam capazes de identificar as alternativas de enquadramento das entidades nas quais atuam quanto ao prazo e à obrigatoriedade de entrega dos subprojetos. Foram listados os subprojetos do SPED: FCONT; ECD; EFD; EFD Contribuições; e e-Lalur, e as seguintes opções de enquadramento: entrega referente aos fatos geradores/ano calendário 2012 e/ou anterior; entrega a partir dos fatos geradores/ano calendário 2013; opção facultativa; e não se aplica. Observa-se que o entendimento sobre a legislação pertinente ao SPED ainda não é total por parte dos contabilistas.

Apesar de ser uma das escriturações que é entregue aos órgãos fiscalizadores desde os fatos geradores de 2010, 14% dos contabilistas da amostra

não listaram o FCONT como uma das obrigações com entrega referente aos fatos geradores/ano-calendário 2012 e/ou anterior.

Outro ponto de maior divergência entre a legislação vigente e o resultado da pesquisa diz respeito ao prazo de entrega da EFD Contribuições e do e-Lalur. Para 52% dos profissionais, a EFD Contribuições aplica-se a partir de 2013, não mencionando a obrigatoriedade do e-Lalur. Apenas 24% dos contabilistas têm conhecimento de que estas duas escriturações deverão ser elaboradas e transmitidas à administração tributária a partir dos fatos geradores/ano-calendário de 2013. Pode-se relacionar esse fato às alterações nas normas aplicadas ao SPED, como por exemplo, a Instrução Normativa RFB nº 989/2009, que instituiu o e-Lalur e teve a obrigatoriedade de apresentação do livro alterada para o ano-calendário 2011 com a redação dada pela Instrução Normativa RFB nº 1.139, de 28 de março de 2011, e, posteriormente, alterada pela Instrução Normativa RFB nº 1.249, de 17 de fevereiro de 2012, que prevê a obrigatoriedade a partir do ano-calendário 2013.

Ainda com relação ao e-Lalur, para 10% dos respondentes, este projeto do SPED não se aplica às cooperativas de crédito. Porém, a redação da Instrução Normativa RFB nº 989/2009 estabelece a obrigatoriedade do e-Lalur para as pessoas jurídicas sujeitas à apuração do Imposto sobre a Renda pelo Regime do Lucro Real, regime em que se enquadram as cooperativas de crédito, conforme determina a Lei 9.718, de 27 de novembro de 1998.

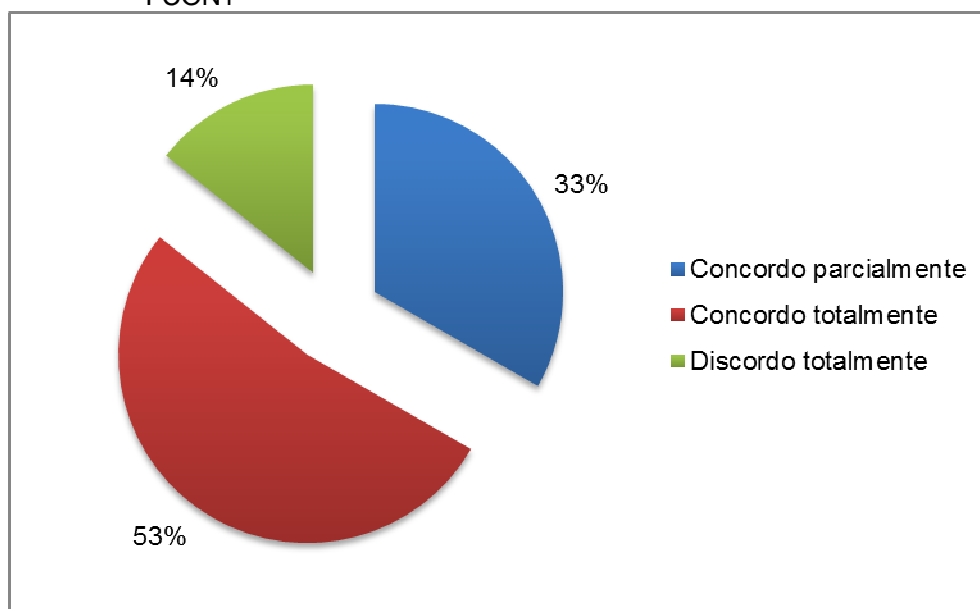
Observa-se, também, que, para 10% dos contabilistas da amostra a ECD será obrigatória a partir do ano-calendário 2013. Entretanto, este projeto do SPED não é obrigatório para as cooperativas de crédito, pois a Instrução Normativa RFB nº 787/2007 estabeleceu a obrigatoriedade da escrituração para as sociedades empresárias. Dessa maneira, as cooperativas de crédito, por serem sociedades simples, estão desobrigadas da adoção da ECD, conforme solução de consulta SRRF 05 nº 55, de 27 de novembro de 2009, publicada no DOU nº 239, de 15 de dezembro de 2009 (DOU, 2009).

Diante dos resultados apresentados, é possível inferir que o conhecimento e a correta interpretação das normas legais aplicadas ao SPED, no contexto das cooperativas de crédito, é uma das dificuldades encontradas pelos contabilistas dessas entidades.

### 3.2.3 Grupo III – Sobre o FCONT

O FCONT é o subprojeto do SPED aplicável às cooperativas de crédito por essas entidades estarem sujeitas ao RTT e à apuração do lucro real. Como ocorreu a implantação do subprojeto nessas entidades, solicitou-se aos contabilistas que concordassem ou discordassem da seguinte afirmação: Houve necessidade de participação em cursos ou treinamentos para obter informações que permitissem conhecer o projeto e promover a implantação do FCONT. Observou-se, neste ponto, que a percepção dos contabilistas é diversificada, conforme resultado apresentado no gráfico 8:

Gráfico 8 – Houve necessidade de participação em cursos e treinamentos para implantar o FCONT

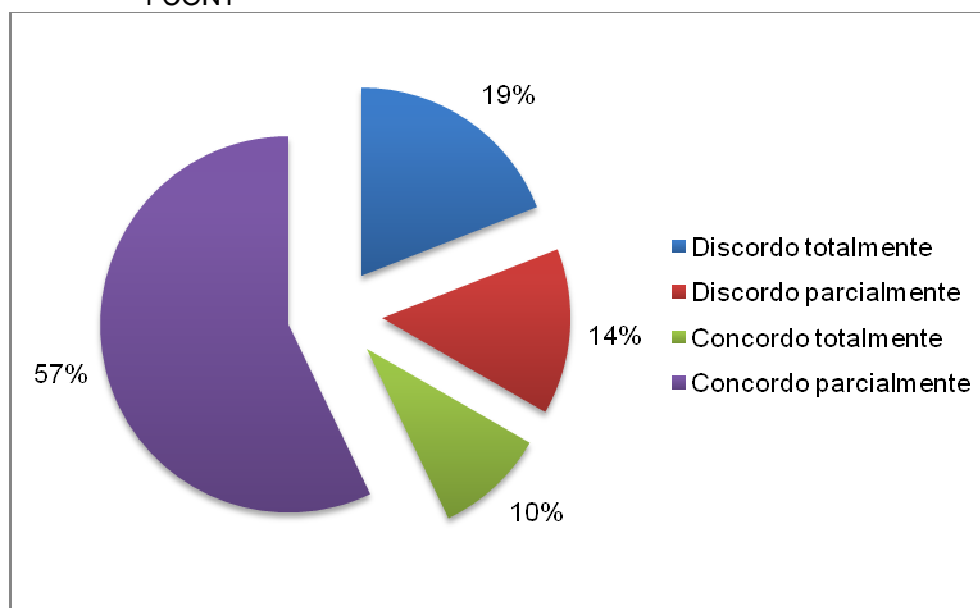


Fonte: Dados da pesquisa.

Na opinião de 14% dos contabilistas não houve necessidade de treinamento. Entretanto, é possível observar que 86% dos contabilistas concordam que houve a necessidade de aprimoramento de seus conhecimentos sobre o tema para implantar o FCONT, ao passo que 53% concordam totalmente com a afirmação.

Perseguindo os objetivos da pesquisa, foi questionada a opinião dos contabilistas quanto à afirmação de que houve necessidade de mudanças e/ou adaptações nas rotinas desenvolvidas no dia a dia da cooperativa para atender as exigências do FCONT. Os dados obtidos podem ser observados no gráfico 9:

Gráfico 9 – Mudanças ou adaptações nas rotinas da cooperativa para adequar-se ao FCONT

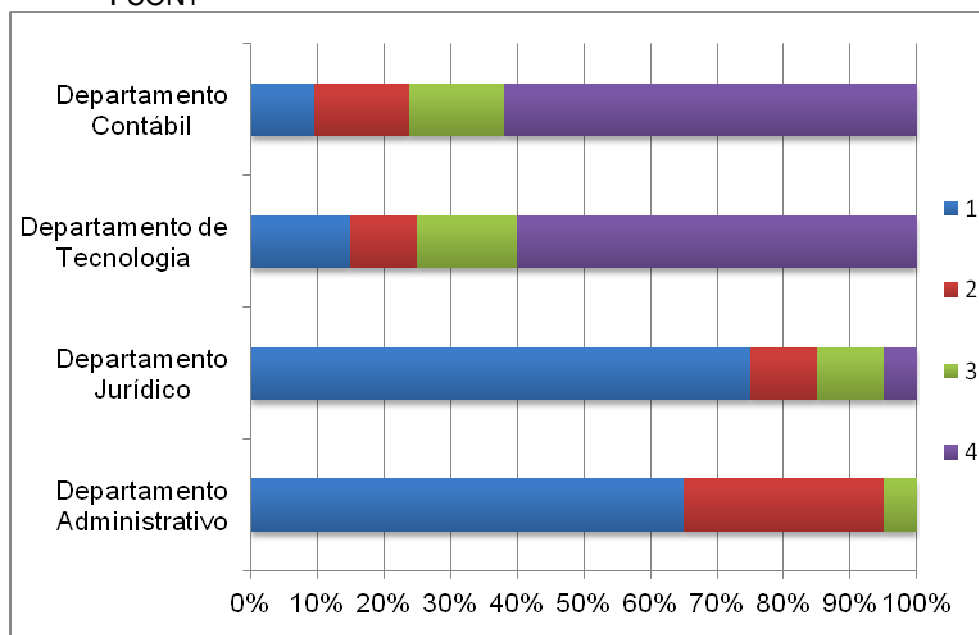


Fonte: Dados da pesquisa.

Neste ponto, houve dispersão das respostas, pois 10% concordaram totalmente, 57% concordaram parcialmente, 14% discordaram parcialmente e 19% discordaram totalmente da afirmação. Como 57% da amostra concordaram parcialmente com declaração, pode-se inferir que ocorreram mudanças nas atividades desenvolvidas, porém, na percepção dos contabilistas, as mudanças não foram significativas.

Os contabilistas foram questionados ainda sobre os departamentos da cooperativa onde ocorreram mudanças para promover a adaptação da entidade à nova exigência legal. As opções foram: Departamento Contábil; Departamento de Tecnologia; Departamento Jurídico; e Departamento Administrativo. Dessa forma, foi solicitado que atribuíssem peso 4 para o departamento onde ocorreram maiores mudanças e peso 1 onde as mudanças foram menos significativas. A percepção dos contabilistas é demonstrada no gráfico 10:

Gráfico 10 – Departamentos onde ocorreram maiores mudanças com a implantação do FCONT



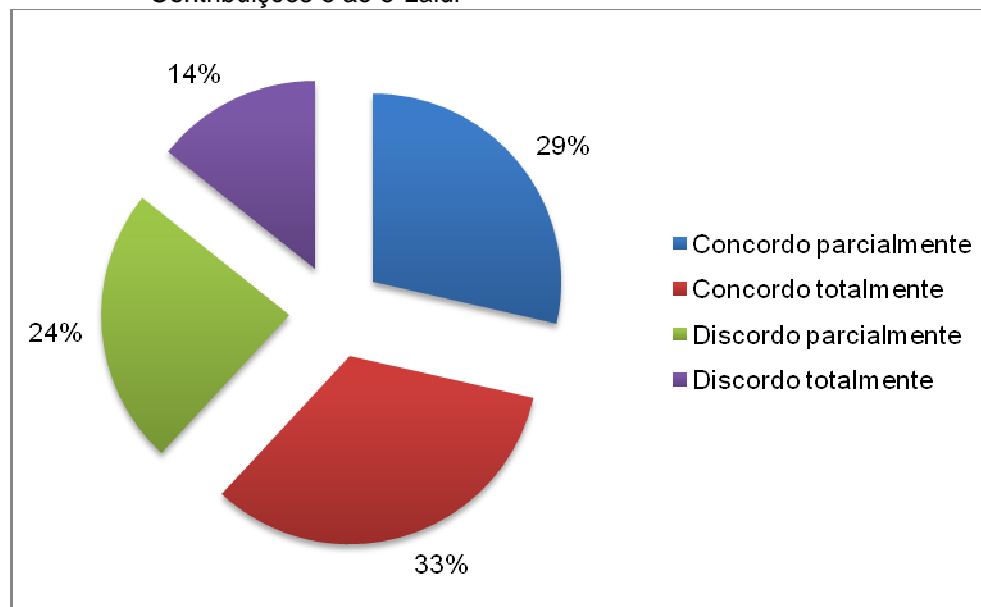
Fonte: Dados da pesquisa.

Na opinião dos contabilistas, as mudanças mais significativas ocorreram no departamento contábil e no departamento de tecnologia, apontados no nível de mudança com peso 4 por aproximadamente 60% dos profissionais.

### 3.2.4 Grupo IV – Sobre a EFD Contribuições e o e-Lalur

A EFD Contribuições e o e-Lalur são subprojetos do SPED aos quais as cooperativas de crédito estarão sujeitas referente aos fatos geradores/anualidade de 2013. Os profissionais contábeis foram indagados sobre o planejamento da cooperativa para adequar-se às novas exigências da legislação tributária. Afirmou-se que, em virtude de haver a previsão legal para a implantação desses projetos, a cooperativa traçou um planejamento para promover as adequações necessárias, bem como solicitou-se aos profissionais que selecionassem, dentre as opções apresentadas, a que melhor refletia sua percepção. Os dados obtidos são apresentados no gráfico 11:

Gráfico 11 – Existe planejamento traçado na cooperativa para adaptar-se a EFD Contribuições e ao e-Lalur

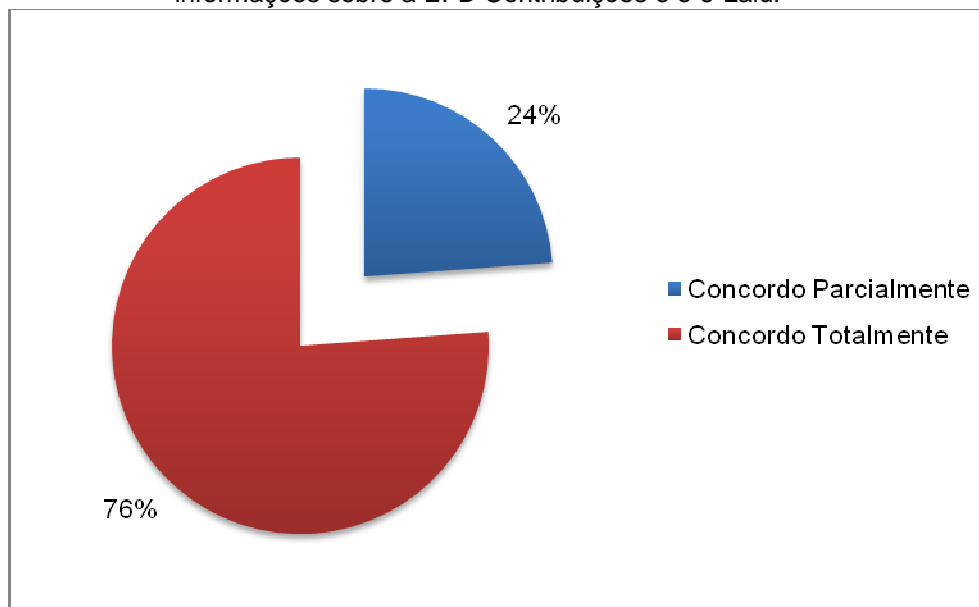


Fonte: Dados da pesquisa.

Os dados obtidos demonstram que algumas entidades possuem planejamento, porém outras não. Como 33% dos contabilistas concordam totalmente com a afirmação, pode-se inferir que este é o número de cooperativas que estão planejando a adequação de suas atividades para adaptar-se à EFD Contribuições e o e-Lalur. Os profissionais contábeis entrevistados por Ruschel, Frezza e Utzig (2011) apontaram o tempo necessário para a adaptação ao SPED como um vilão na implantação do projeto, pois as adaptações necessárias são trabalhosas. Esse resultado corrobora com a ideia de que o planejamento seria uma importante ferramenta a ser utilizada nas cooperativas de crédito para minimizar os impactos da adoção desses subprojetos do SPED.

No entanto, apesar de nem todas as cooperativas apresentarem um planejamento para adequar-se aos subprojetos do SPED, um indicativo que seria necessário estas entidades planejarem-se, é o fato de todos os contabilistas da amostra concordarem que, para a implantação da EFD Contribuições e do e-Lalur, haverá necessidade de participação em cursos ou treinamentos para obter informações sobre o tema, conforme demonstrado no gráfico 12:

Gráfico 12 – Necessidade de participação em cursos e treinamentos para obter informações sobre a EFD Contribuições e o e-Lalur

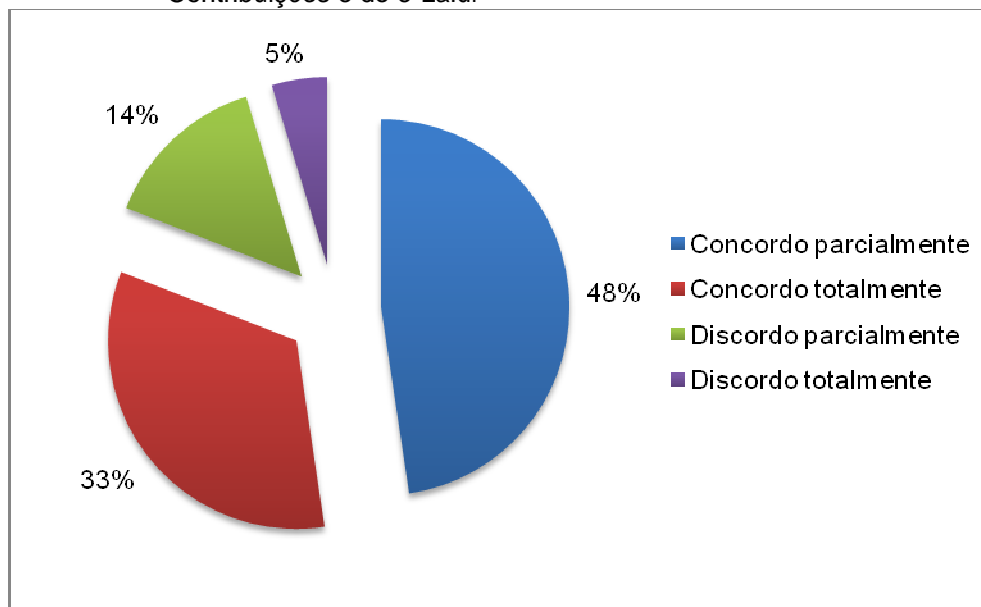


Fonte: Dados da pesquisa.

Verifica-se que, para 76% dos contabilistas, a necessidade de treinamento é algo relevante, pois concordam totalmente com a afirmação.

Para verificar se os contabilistas entendem a experiência obtida com a implantação do FCONT na cooperativa como um elemento facilitador à implantação da EFD Contribuições e do e-Lalur, foi proposto aos profissionais que manifestassem sua opinião quanto a esta situação. Os resultados são apresentados no gráfico 13:

Gráfico 13 – A experiência com o FCONT facilitará a implantação da EFD Contribuições e do e-Lalur



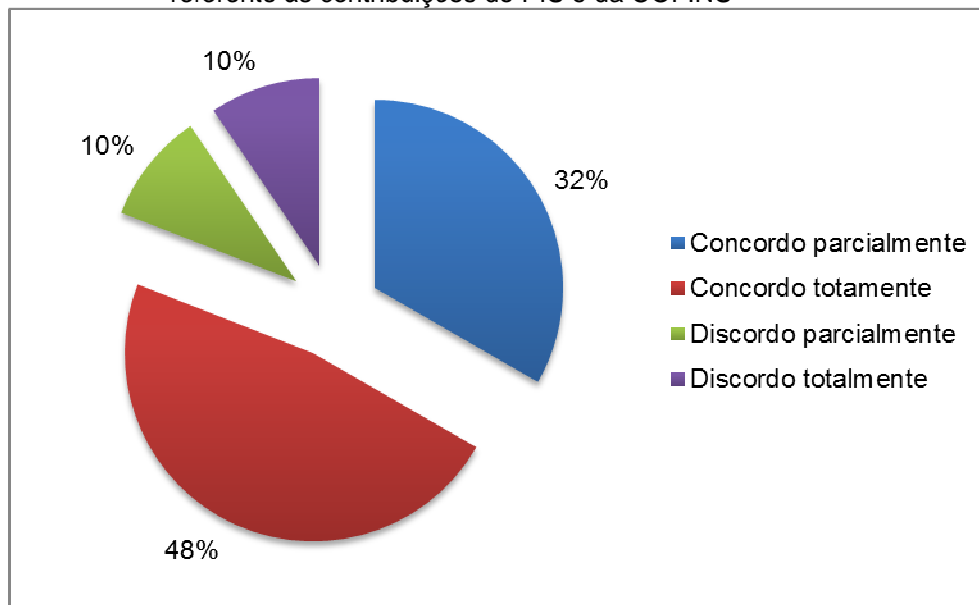
Fonte: Dados da pesquisa.

Com o resultado obtido é possível verificar que apenas 33% dos contabilistas concordam totalmente com a afirmação. Portanto, na opinião da maioria dos entrevistados, que corresponde a 67%, divididos em 48% que concordam parcialmente; 14% que discordam parcialmente; e 5% que discordam totalmente com a colocação, a experiência com este projeto do SPED não se configura como importante facilitador à implantação da EFD Contribuições e do e-Lalur.

Perseguindo os objetivos da pesquisa, foi questionada a opinião dos contabilistas quanto à expectativa dos profissionais após a implantação da EFD Contribuições. Quanto à afirmação de que haverá simplificação das obrigações acessórias referente às contribuições do PIS e da COFINS, os dados obtidos foram os seguintes, demonstrados no gráfico 14:



Gráfico 14 – Expectativa dos profissionais contábeis de que após a implantação da EFD Contribuições haverá simplificação das obrigações acessórias referente às contribuições do PIS e da COFINS

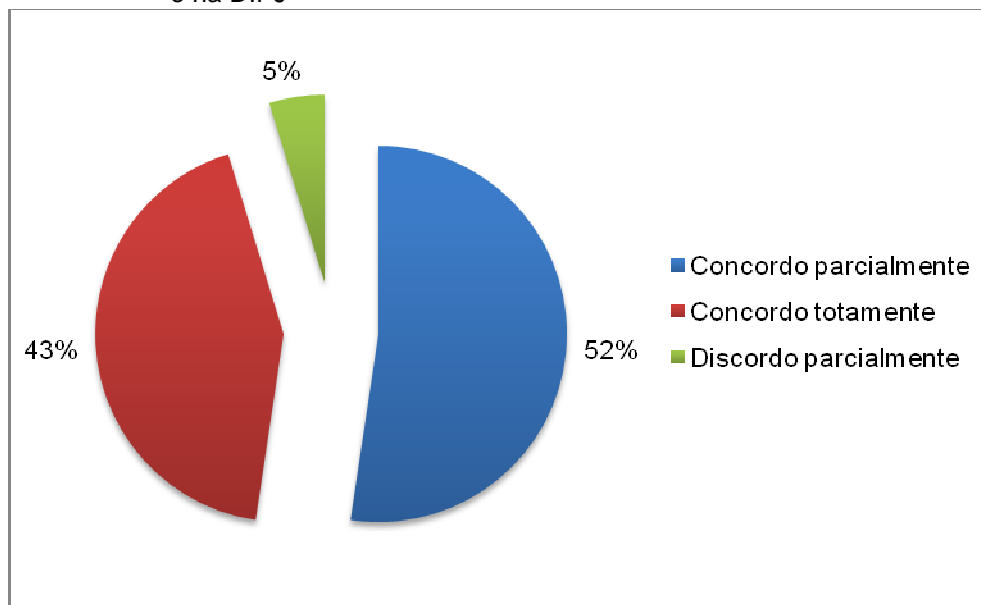


Fonte: Dados da pesquisa.

A maioria dos contabilistas das cooperativas de crédito concordou totalmente com a afirmação. Percebe-se, portanto, que os profissionais acreditam que o SPED poderá reduzir as atividades desenvolvidas atualmente para atender as exigências da administração tributária. O resultado obtido na presente pesquisa difere do resultado da pesquisa desenvolvida por Ruschel, Frezza e Utzig (2011), pois os contadores entrevistados por estes autores não acreditam que o novo sistema lhes propicie redução da carga de trabalho.

Na percepção da RFB (2012), um dos objetivos do e-Lalur é eliminar a redundância de informações existentes na escrituração contábil no Lalur e na DIPJ, facilitando o cumprimento da obrigação acessória. Procurou-se verificar, conforme expectativa dos contabilistas, se este objetivo será alcançado, solicitando que concordassem ou discordassem da informação contida no página eletrônica da RFB. Os resultados obtidos são demonstrados no gráfico 15:

Gráfico 15 – Expectativa dos contabilistas de que a implantação do e-Lalur irá eliminar a redundância de informações existentes na escrituração contábil no Lalur e na DIPJ



Fonte: Dados da pesquisa.

Considerando os resultados obtidos é possível observar que 95% dos respondentes possuem a expectativa de que este objetivo será alcançado e, portanto, a opinião de uma parcela significativa dos contabilistas das cooperativas de crédito de Santa Catarina está em consonância com os objetivos da RFB.

## **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Neste capítulo serão apresentadas as conclusões desta pesquisa e as sugestões para trabalhos futuros.

### **4.2 CONCLUSÕES**

As alterações promovidas na legislação tributária influenciam o desenvolvimento das atividades dos profissionais contábeis, pois estes devem observar as disposições impostas pela legislação para cumprir adequadamente seu papel nas entidades onde atuam. No contexto brasileiro, o SPED é visto por diversos autores como uma das mais importantes mudanças promovidas pela administração tributária nos últimos tempos.

Sendo assim, desenvolveu-se a presente pesquisa com o objetivo de identificar a percepção dos contabilistas das cooperativas de crédito de Santa Catarina sobre o SPED. Com a elaboração deste trabalho foi possível traçar um perfil dos profissionais que atuam nas entidades catarinenses. Observou-se que a maioria dos contabilistas respondentes é do sexo feminino. A maioria dos contabilistas possui entre 31 e 40 anos de idade, cursou especialização ou pós-graduação, concluiu sua formação há mais de seis anos e atua em cooperativas de crédito por período superior há oito anos.

Na opinião dos contabilistas, o SPED estabelece um novo tipo de relacionamento entre o fisco e os contribuintes, acarretando reflexos positivos para toda a sociedade, concordando com esta afirmação da RFB. Conclui-se também que, na opinião dos contabilistas, os benefícios propostos pela RFB com a adoção da ECD podem ser obtidos. Os profissionais entendem que os órgãos fiscalizadores são os maiores beneficiados com o projeto, porém cabe ressaltar que, embora o SPED tenha sido instituído para atender ao fisco, todas as informações transmitidas às administrações tributárias são produzidas a partir da base de dados da entidade, portanto, podendo ser utilizadas pelas próprias entidades para acompanhamento e melhoria de seus processos organizacionais. Verificou-se que uma das dificuldades encontradas por parte dos contabilistas é a correta interpretação da legislação pertinente aos prazos de entrega dos subprojetos do SPED no contexto das sociedades cooperativas.

Com relação ao FCONT, subprojeto do SPED que já havia sido implantado nas cooperativas de crédito, conclui-se que houve a necessidade dos profissionais participarem de cursos ou treinamentos para promover a implantação desse subprojeto. Entretanto, os contabilistas não perceberam mudanças significativas na rotina diária. Segundo os contabilistas, as maiores mudanças ocorreram nos departamentos contábil e de tecnologia, o que é plausível, pois o SPED possui relação direta com as duas áreas da entidade.

No que diz respeito à implantação da EFD Contribuições e do e-Lalur, conclui-se que apenas algumas cooperativas estão preparando-se para atender as exigências desses projetos. Acredita-se que por serem escriturações que possuem relação direta com as operações da entidade, as mudanças para a implantação desses subprojetos podem vir a ser consideráveis. Nesse sentido, o planejamento seria uma importante ferramenta a ser utilizada pelas cooperativas. Cabe lembrar que a não apresentação dessas obrigações acessórias implica aplicação de multa à entidade, atualmente estabelecida na legislação no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais). Os profissionais declaram que precisam participar de treinamentos para promover a implantação dos subprojetos, o que evidencia a constante necessidade de atualização do profissional contábil. A exigência imposta pelas mudanças no ambiente de atuação pode contribuir para a qualificação da contabilidade. Constatou-se que a experiência obtida com a implantação do FCONT não influenciará significativamente a implantação da EFD Contribuições e do e-Lalur. De maneira geral, os contabilistas possuem a expectativa de que a implantação da EFD contribuições e do e-Lalur será um fator positivo, no sentido de simplificar as obrigações acessórias e eliminar redundância de informações enviadas aos órgãos fiscalizadores atualmente.

Dessa forma, foi possível verificar que a maioria dos profissionais tem uma percepção positiva sobre o SPED. Observa-se que modernização do sistema tributário é um dos fatores que obriga o contabilista a mudar sua forma de atuação e demanda que haja uma gestão sistêmica e integrada dos setores das entidades. Cabe aos profissionais contábeis desenvolverem sua capacidade técnica, possibilitando a existência de um ambiente de trabalho mais propício ao desenvolvimento de suas atividades, com o intuito de melhorar a eficiência das empresas e valorizar a profissão contábil.

### **4.3 SUGESTÕES PARA TRABALHOS FUTUROS**

Sugere-se para trabalhos futuros a realização de pesquisa com os contabilistas das cooperativas de crédito após a implantação da EFD Contribuições e do e-Lalur.

## REFERÊNCIAS

ALVES JÚNIOR, Eloi Prata; MEDEIROS, Marcos Machado de; SOUSA NETO, Manoel Veras de. **Mudança dos processos de negócios e adequação da TI nas empresas em decorrência da implantação do Sistema Público de Escrituração Digital – SPED**: um estudo de casos múltiplos no estado do Pará. Disponível em: <<http://www.tecsi.fea.usp.br/envio/contecsi/index.php/envio/article/view/105>>. Acesso em: 10 ago. 2012.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Relatório de inclusão financeira**. N-2. Brasília: BCB, 2011.

BEUREN, Ilse Maria *et al.* **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade**: teoria e prática. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

BRASIL. Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964. Dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, Cria o Conselho Monetário Nacional e dá outras providências. **Presidência da República**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L4595.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4595.htm)>. Acesso em: 10 ago. 2012.

\_\_\_\_\_. Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971. Define a Política Nacional de Cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, e dá outras providências. **Presidência da República**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L5764.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5764.htm)>. Acesso em: 10 ago. 2012.

\_\_\_\_\_. Lei nº 9.718, de 27 de novembro de 1998. Altera a Legislação Tributária Federal. **Receita Federal**. Disponível em: <<http://www.receita.fazenda.gov.br/legislacao/leis/ant2001/lei971898.htm>>. Acesso em: 06 out. 2012.

\_\_\_\_\_. Lei nº 11.051, de 29 de dezembro de 2004. Dispõe sobre o desconto de crédito na apuração da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL e da Contribuição para o PIS/Pasep e COFINS não cumulativas e dá outras providências. **Receita Federal**. Disponível em: <<http://www.receita.fazenda.gov.br/legislacao/leis/2004/lei11051.htm>>. Acesso em: 12 set. 2012.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 6.022, de 22 de janeiro de 2007. Institui o Sistema Público de Escrituração Digital - Sped. **Presidência da República**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6022.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6022.htm)>. Acesso em: 8 ago. 2012.

\_\_\_\_\_. Lei Complementar nº 130, de 17 de abril de 2009. Dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e revoga dispositivos das Leis nos 4.595, de 31 de dezembro de 1964, e 5.764, de 16 de dezembro de 1971. **Presidência da República**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/LCP/Lcp130.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp130.htm)>. Acesso em: 12 set. 2012.

\_\_\_\_\_. Conselho Nacional de Política Fazendária. Convênio ICMS nº 143, de 15 de dezembro de 2006. Institui a Escrituração Fiscal Digital - EFD. **Receita Federal**. Disponível em: <[http://www.fazenda.gov.br/confaz/confaz/convenios/ICMS/2010/CV143\\_10.htm](http://www.fazenda.gov.br/confaz/confaz/convenios/ICMS/2010/CV143_10.htm)>. Acesso em: 12 ago. 2012.

\_\_\_\_\_. Receita Federal do Brasil. Instrução Normativa RFB nº 787, de 19 de novembro de 2007. Institui a Escrituração Contábil Digital. **Receita Federal**. Disponível em: <<http://www.receita.fazenda.gov.br/legislacao/ins/2007/in7872007.htm>>. Acesso em: 9 ago. 2012.

\_\_\_\_\_. Instrução Normativa RFB nº 989, de 22 de dezembro de 2009. Institui o Livro Eletrônico de Escrituração e Apuração do Imposto sobre a Renda e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido da Pessoa Jurídica Tributada pelo Lucro Real (e-Lalur). **Receita Federal**. Disponível em: <<http://www.receita.fazenda.gov.br/legislacao/ins/2009/in9892009.htm>>. Acesso em: 8 ago. 2012.

\_\_\_\_\_. Instrução Normativa RFB nº 949, de 16 de junho de 2009. Regulamenta o Regime Tributário de Transição (RTT), institui o Controle Fiscal Contábil de Transição (FCONT) e dá outras providências. **Receita Federal**. Disponível em: <<http://www.receita.fazenda.gov.br/legislacao/ins/2009/in9492009.htm>>. Acesso em: 10 ago. 2012.

\_\_\_\_\_. Instrução Normativa RFB nº 1.052, de 5 de julho de 2010. Institui a Escrituração Fiscal Digital da Contribuição para o PIS/Pasep e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS). **Receita Federal**. Disponível em: <<http://www.receita.fazenda.gov.br/legislacao/ins/2010/in10522010.htm>>. Acesso em: 10 ago. 2012.

\_\_\_\_\_. Instrução Normativa RFB nº 1.139, de 28 de março de 2011. Altera a Instrução Normativa RFB nº 787, de 19 de novembro de 2007, que institui a Escrituração Contábil Digital; a Instrução Normativa RFB nº 949, de 16 de junho de 2009, que regulamenta o Regime Tributário de Transição (RTT) e institui o Controle Fiscal Contábil de Transição (FCONT); a Instrução Normativa RFB nº 967, de 15 de outubro de 2009, que aprova o Programa Validador e Assinador da Entrada de Dados para o Controle Fiscal Contábil de Transição (FCONT); a Instrução Normativa RFB nº 989, de 22 de dezembro de 2009, que institui o Livro Eletrônico de Escrituração e Apuração do Imposto sobre a Renda e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido da Pessoa Jurídica Tributada pelo Lucro Real (e-Lalur); e dá outras providências. **Receita Federal**. Disponível em: <<http://www.receita.fazenda.gov.br/legislacao/ins/2011/in11392011.htm>>. Acesso em: 8 ago. 2012.

\_\_\_\_\_. Instrução Normativa RFB nº 1.252, de 1º de março de 2012. Dispõe sobre a Escrituração Fiscal Digital da Contribuição para o PIS/Pasep, da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e da Contribuição Previdenciária sobre a Receita (EFD Contribuições). **Receita Federal**. Disponível em:

<http://www.receita.fazenda.gov.br/legislacao/ins/2012/in12522012.htm>>. Acesso em: 10 ago. 2012.

\_\_\_\_\_. **Sistema Público de Escrituração Digital**. Disponível em:<<http://www1.receita.fazenda.gov.br>>. Acesso em: 8 ago. 2012.

\_\_\_\_\_. **Perguntas frequentes Sped Contábil**. Sítio Sped. Disponível em:<<http://www1.receita.fazenda.gov.br/faq/sped-contabil.htm>>. Acesso em: 8 ago. 2012.

\_\_\_\_\_. **Perguntas frequentes FCONT**. Disponível em: <<http://www1.receita.fazenda.gov.br/faq/fcont.htm>>. Acesso em: 12 out. 2012.

\_\_\_\_\_. **Capítulo XVII-Sociedades Cooperativas 2012**. Disponível em: <http://www.receita.fazenda.gov.br/publico/perguntao/dipj2012/CapituloXVII-SociedadesCooperativas2012.pdf>>. Acesso em: 12 out. 2012

\_\_\_\_\_. **Banco Central do Brasil**. Disponível em:<<http://www.bcb.gov.br/pt-br/paginas/default.aspx>>. Acesso em: 10 ago. 2012.

BRITZ, Carla Maria; SANTANA, Alex Fabiano Bertolo; LUNKES, César Augusto. **Sistema Público de Escrituração Digital: Percepção dos Gestores das Cooperativas Agropecuárias Catarinenses sobre os prováveis benefícios produzidos com sua implantação**. Disponível em: <[http://www.unisinis.br/abccustos/\\_pdf/187.pdf](http://www.unisinis.br/abccustos/_pdf/187.pdf)>. Acesso em: 29 set. 2012.

FARIA; Ana Cristina de *et al.* **SPED – Sistema Público de Escrituração Digital: Percepção dos contribuintes em relação aos impactos da adoção do SPED**. Disponível em:<<http://www.congressosp.fipecafi.org/artigos102010/248.pdf>>. Acesso em: 29 set. 2012.

IUDÍCIBUS, Sergio de *et al.* **Manual de contabilidade societária**. São Paulo: Atlas, 2010. Outros autores: Eliseu Martins, Ernesto Rubens Gelbcke Arioaldo dos Santos. FIPECAFI - Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras, PEA/USP.

MEINEN, Ênio; DOMINGUES, Jefferson Nercolini; DOMINGUES, Jane Aparecida Stefanis. **O Adequado Tratamento Tributário das Sociedades Cooperativas**. Porto Alegre: Sagra Luzzato, 2003.

OCESC. Sindicato e Organização das Cooperativas de Santa Catarina. **Dados do cooperativismo de Santa Catarina**. Disponível em:<<http://www.ocesc.org.br/>>. Acesso em: 2 nov. 2012.

OCB. Organização das Cooperativas Brasileiras. **2012 ano Internacional das Cooperativas**. Disponível em: <[http://www.ocb.org.br/site/brasil\\_cooperativo/index.asp](http://www.ocb.org.br/site/brasil_cooperativo/index.asp)>. Acesso em: 2 nov. 2012.

PINHEIRO, Marcos Antônio Henriques. **Cooperativas de crédito: história da evolução normativa no Brasil**. 6. ed. Brasília: BCB, 2008.



PINHO, Diva Benevides; PALHARES, Valdecir Manoel Affonso. **O Cooperativismo de Crédito no Brasil: do século XX ao século XXI**. Santo André: Confebrás, 2004.

PORTAL DO COOPERATIVISMO DE CRÉDITO. Disponível em:<<http://www.cooperativismodecredito.com.br/>>. Acesso em: 15 nov. 2012.

RICHARDSON, Roberto Jarry et al. **Pesquisa Social: método e técnicas**. São Paulo: Atlas, 1999.

RUSCHEL, Marcia Erna; FREZZA, Ricardo; UTZIG, Mara Jaqueline Santore. **O impacto do SPED na contabilidade desafios e perspectivas do profissional contábil**. Disponível em:<<http://www.atenas.org.br/revista/ojs-2.2.3-06/index.php/CRCSC/article/view/1215/1149>>. Acesso em: 3 out. 2012.

SILVA, Antônio Carlos Ribeiro da. **Metodologia da pesquisa aplicada a contabilidade: orientações de estudos, projetos, artigos, relatórios, monografias, dissertações e teses**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

SOARES, Marden Marques; MELO SOBRINHO, Abelardo Duarte de Melo. **Microfinanças: o papel do Banco Central do Brasil e a importância do cooperativismo de crédito**. Brasília: BCB, 2008.

SOUZA, João Batista Louredo de; MEINEN, Ênio. **Cooperativas de Crédito: Gestão Eficaz – Conceitos e práticas para uma administração de sucesso**. Brasília: Confebrás, 2010.

ZANELLA, Liane Carly Herme. **Técnicas de pesquisa**. Adaptação: Eleonora Milano Falcão Vieira, Marialice de Moraes. Florianópolis: Departamento de Ciências Contábeis /UFSC, 2009.

## APÊNDICE A – Questionário aplicado aos contabilistas

### Percepção dos Contabilistas das Cooperativas de Crédito de Santa Catarina sobre o SPED

\*Obrigatório

#### I - Perfil do Contabilista

1. Sexo \*
  - ☐ Masculino
  - ☐ Feminino
  
2. Faixa Etária \*
  - ☐ Menos de 21 anos
  - ☐ Entre 21 e 30 anos
  - ☐ Entre 31 e 40 anos
  - ☐ Entre 41 e 50 anos
  - ☐ Mais de 51 anos
  
3. Formação \*
  - ☐ Técnico
  - ☐ Graduação
  - ☐ Especialização ou Pós-Graduação
  - ☐ Mestrado
  - ☐ Doutorado
  
4. Período decorrido após conclusão da formação \*
  - ☐ Cursando
  - ☐ De 0 até 2 anos
  - ☐ Acima de 2 até 4 anos
  - ☐ Acima de 4 até 6 anos
  - ☐ Acima de 6 anos
  
5. Período de atuação em cooperativa de crédito \*
  - ☒ De 0 até 2 anos
  - ☐ Acima de 2 até 4 anos

- ☐ Acima de 4 até 6 anos
- ☐ Acima de 6 até 8 anos
- ☐ Acima de 8 anos

## II-Sobre o SPED

Segundo a Receita Federal do Brasil, o SPED - Sistema Público de Escrituração Digital consiste na modernização da sistemática atual do cumprimento das obrigações acessórias, transmitidas pelos contribuintes às administrações tributárias e aos órgãos fiscalizadores. Com relação a este sistema, considere as afirmativas a seguir:

1. Em seu endereço eletrônico, a RFB - Receita Federal do Brasil apresenta o SPED e afirma que a instituição deste sistema estabelece um novo tipo de relacionamento entre o fisco e os contribuintes, tendo reflexos positivos para toda sociedade. Com relação a esta colocação: \*

- ☐ Concordo totalmente
- ☐ Concordo parcialmente
- ☐ Discordo parcialmente
- ☐ Discordo totalmente

2. Mesmo não sendo obrigatória para cooperativas de crédito, a adoção da ECD - Escrituração Contábil Digital traria benefícios para entidade, como por exemplo, os mencionados pela RFB: redução de custos com dispensa da impressão e armazenamento de documentos em papel; disponibilidade de cópias autênticas e válidas da escrituração para usos distintos e melhoria da qualidade da informação. Assinale a opção que melhor define sua opinião: \*

- ☐ Concordo totalmente
- ☐ Concordo parcialmente
- ☐ Discordo parcialmente
- ☐ Discordo totalmente

3. A implantação do SPED, na sua percepção, trará maiores benefícios para: \*

- ☐ Sociedade em geral
- ☐ Órgãos Fiscalizadores
- ☐ Contribuintes
- ☐ Contabilistas

4. Considerando as regras aplicadas ao SPED, identifique as alternativas de enquadramento das cooperativas de crédito quanto a sua obrigatoriedade de entrega. Assinale a opção correta para cada projeto: \*

	FCONT- Controle Fiscal Contábil de Transição	ECD- Escrituração Contábil Digital	EFD- Escrituração Fiscal Digital	EFD Contribuições- PIS/COFINS e Contribuição Previdenciária sobre a Receita	e-Lalur
Entrega referente aos fatos geradores/ano calendário 2012 e/ou anterior	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Entrega a partir dos fatos geradores/ano calendário 2013	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Opção facultativa	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Não se aplica	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

### III - Sobre a implantação FCONT

O FCONT - Controle Fiscal Contábil de Transição é a escrituração das contas patrimoniais e de resultado, em partidas dobradas, que considera os métodos e critérios contábeis aplicados pela legislação tributária em 31 de dezembro de 2007. Sendo assim, no FCONT devem ser informados os lançamentos que existem na escrituração comercial, mas que devem ser expurgados para remover os reflexos das alterações na Lei nº 6.404/1976 introduzidas pela Lei nº 11.638/2007 e pelos arts. 37 e 38 da Lei nº 11.941/2009, que modifiquem o critério de reconhecimento de receitas, custos e despesas computadas na escrituração contábil para apuração do lucro líquido do exercício. Com relação a este projeto do SPED, considere as afirmativas a seguir:

1. Na implantação do FCONT houve necessidade de participação em cursos ou treinamentos para obter informações que permitissem conhecer o projeto e promover sua implantação. Assinale a opção que melhor define sua opinião: \*

- ☐ Concordo totalmente
- ☐ Concordo parcialmente
- ☐ Discordo parcialmente
- ☐ Discordo totalmente

2. Para atender as exigências do FCONT foram necessárias mudanças e/ou adaptações nas rotinas desenvolvidas no dia a dia da cooperativa. Assinale a opção que melhor define sua opinião: \*

- ☐ Concordo totalmente
- ☐ Concordo parcialmente
- ☐ Discordo parcialmente
- ☐ Discordo totalmente

3. Na implantação do FCONT os departamentos que passaram por maiores mudanças foram: (Responda marcando 4 onde ocorreram maiores mudanças e 1 onde ocorreram poucas mudanças) \*

	4	3	2	1
Departamento Contábil	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Departamento de Tecnologia	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Departamento Jurídico	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Departamento Administrativo	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

#### IV - Sobre a EFD Contribuições e o e-Lalur

A EFD Contribuições abrange a escrituração do PIS, da COFINS e da Contribuição Previdenciária sobre a Receita. O e-Lalur é o Livro Eletrônico de Escrituração e Apuração do Imposto sobre a Renda e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido da Pessoa Jurídica tributada pelo Lucro Real. Com relação a estes dois projetos do SPED, considere as afirmativas a seguir:

1. Em virtude de haver a previsão legal para a implantação destes projetos a cooperativa traçou um planejamento para adequar-se a estas novas exigências da legislação tributária. Assinale a opção que melhor define sua opinião: \*

- ☐ Concordo totalmente
- ☐ Concordo parcialmente
- ☐ Discordo parcialmente
- ☐ Discordo totalmente

2. Para a implantação destes projetos do SPED haverá necessidade de participação em cursos ou treinamentos para obter informações sobre o tema. Assinale a opção que melhor define sua opinião: \*

- ☐ Concordo totalmente
- ☐ Concordo parcialmente
- ☐ Discordo parcialmente
- ☐ Discordo totalmente

3. Na sua percepção, a experiência obtida com a implantação do FCONT na cooperativa facilitará a implantação da EFD Contribuições e do e-Lalur. Assinale a opção que melhor define sua opinião: \*

- ☐ Concordo totalmente
- ☐ Concordo parcialmente
- ☐ Discordo parcialmente
- ☐ Discordo totalmente

4. Sua expectativa é de que, após a implantação da EFD Contribuições, haverá simplificação das obrigações acessórias referente às contribuições do PIS e da COFINS. Assinale a opção que melhor define sua opinião: \*

- ☐ Concordo totalmente
- ☐ Concordo parcialmente
- ☐ Discordo parcialmente
- ☐ Discordo totalmente

5. Sua expectativa é de que o objetivo do e-Lalur proposto pela RFB, de eliminar a redundância de informações existentes na escrituração contábil no Lalur e na DIPJ, facilitando o cumprimento da obrigação acessória, seja atingido. Assinale a opção que melhor define sua opinião: \*

- ☐ Concordo totalmente
- ☐ Concordo parcialmente
- ☐ Discordo parcialmente
- ☐ Discordo totalmente

Enviar